

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MARIANA OURIQUES

O TEATRO DA LIBERDADE

As diferentes vozes da imprensa de Desterro na campanha
abolicionista (1885)

Florianópolis

2011

MARIANA OURIQUES

O TEATRO DA LIBERDADE

As diferentes vozes da imprensa de Desterro na campanha
abolicionista (1885)

Trabalho de Conclusão de Curso de
Bacharelado e Licenciatura em História da
Universidade Federal de Santa Catarina, sob
a orientação da Professora Beatriz Gallotti
Mamigonian.

Florianópolis

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA TCC

Aos oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, às 08:30 horas, na sala número 10 do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Professores Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente da Sessão, Fabiano Dauwe, membro da Banca, e Zilda Alves de Moura, suplente, designados pela Portaria nº49/HST/011 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Mariana Ouriques, subordinado ao título: **O teatro da liberdade: as diferentes vozes da imprensa de Desterro na campanha abolicionista (1885)**. Aberta a sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro de tempo regulamentar, a mesma foi argüida pelos membros da Banca Examinadora e em seguida prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, a nota....8,0..., do Professor Fabiano Dauwe, a nota 8,0..., e da Professora Zilda Alves de Moura, a nota.....—.....sendo aprovada com a nota final 8,0 (oit).....a acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva ao Departamento de História até o dia 20 de Dezembro de 2011. Nada mais havendo a tratar, a presente ata, será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Candidata.

Florianópolis, 08 de Dezembro de 2011.

Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Beatriz Gallotti Mamigonian..... *Beatriz Gallotti Mamigonian*

Prof. Ms Fabiano Dauwe..... *Fabiano Dauwe*

Prof.ª Ms Zilda Alves de Moura.....

Candidata: Mariana Ouriques..... *Mariana Ouriques*

AGRADECIMENTOS

Deixo meus agradecimentos a todas as pessoas que ao longo do curso estiveram presentes no meu caminho.

Aos meus amigos queridos, que em algum momento compartilharam comigo o mesmo caminho e que a vida por algum motivo nos distanciou. A lembrança sempre irá nos reunir.

Aos colegas de curso que dividi ideias, opiniões e boas conversas: Thiago Weber, pelo companheirismo; Fabio Sousa, por me fazer rir; Sergio Schlatter, pelo carinho; Beatriz Mendes, pela parceria em viagens que fizemos juntas; a Maysa Espíndola, pelas conversas sobre a escravidão. Muito obrigada!

À queridíssima Bruna Michels, sua doçura sempre me confortou em dias ruins e sua presença fez deste caminho muito mais leve.

Ao querido colega Giancarlo Telles, por compartilhar opiniões e gostos tão parecidos. Obrigada por sua presença.

Não poderia faltar meu muito obrigado à Aline Scherer. Muito obrigada pela sua amizade.

À Beatriz Gallotti Mamigonian por ter aceitado a tarefa de me orientar.

Aos funcionários do Setor de Documentação de Santa Catarina da Biblioteca Pública Estadual, pela solicitude.

À minha família por compreender minha ausência.

Especialmente ao meu sobrinho, Loui Ouriques, por fazer meus dias mais felizes. Não imagino o mundo sem você.

RESUMO

A década de 1880 foi no Brasil um período de mudanças no cenário político e movimentos por reformas e a chamada “questão servil” foi objeto de intenso debate público. A imprensa foi local privilegiado no debate abolicionista e em Desterro não foi diferente. Este trabalho enfoca a campanha abolicionista em Desterro no ano de 1885 através de dois jornais: *O Moleque* e *A Regeneração*. O jornal *O Moleque*, que teve como redator responsável o poeta Cruz e Sousa, publicou notícias de alforrias concedidas por particulares, artigos que defendiam a abolição, além de críticas às leis emancipacionistas que adiavam a abolição completa. Já o jornal *A Regeneração*, órgão de uma loja maçônica, noticiou regularmente naquele ano as alforrias concedidas pelo fundo de emancipação, além de publicar as transcrições dos discursos de Joaquim Nabuco. Ambos os jornais levantaram a bandeira da abolição. A forma de apresentar suas idéias para o público de Desterro foi bastante diferente. Para contrastar com os debates abordados no Rio de Janeiro utilizei os fragmentos dos jornais com os quais José do Patrocínio colaborou neste mesmo período.

Palavras-chave: Campanha abolicionista, Desterro, imprensa, década de 1880.

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Alforrias concedidas pelo fundo de emancipação anunciadas
n'A Regeneração (1885).....51

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>1</u>
<u>TEMPOS DE LIBERDADE.....</u>	<u>6</u>
1.1 A sociedade brasileira da década da Abolição	7
1.2 As medidas graduais de emancipação e os caminhos da autonomia dos escravos	11
<u>O TEATRO ABOLICIONISTA DO JORNAL O MOLEQUE (1885).....</u>	<u>16</u>
2.1 A imprensa e seus autores.....	17
2.2 A campanha d’O Moleque pela Abolição.....	21
<u>O TEATRO ABOLICIONISTA DO JORNAL A REGENERAÇÃO (1885)....</u>	<u>39</u>
3.1 A campanha abolicionista d’A Regeneração.....	41
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>57</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>59</u>

INTRODUÇÃO

A escravidão em Santa Catarina foi por muito tempo comparada àquela dos grandes centros agro-exportadores e por isso a peculiaridade de seu dinamismo econômico foi deixada de lado nas interpretações historiográficas. Delas também sumiu a população de origem africana. Predominava na historiografia, que caracterizava a presença africana como pouco expressiva, o senso de uma massiva e quase hegemônica presença de brancos europeus. Porém, com as comemorações do centenário da abolição dos escravos no Brasil foi publicado o livro “Negro em Terra de Branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX” de autoria coletiva do Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina¹. Este ao abordar o preconceito racial mostra possibilidades para uma nova historiografia, repensando a presença africana. Coube aos historiadores da escravidão, que nas últimas décadas pousaram suas atenções no variado material documental disponível sobre o assunto, trazer à tona na história de Santa Catarina o elemento africano como constituinte de uma sociedade muito mais heterogênea do que a propalada anteriormente².

Privilegiando novas fontes e munida de diferentes metodologias, esta nova historiografia acerca da escravidão catarinense colabora para um novo quadro e abre um grande leque de possibilidades às novas investigações sobre a população de origem africana.³

¹ PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

² São exemplos desta historiografia: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: memória*. Volume II, Florianópolis: 1972; PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária, 1975; CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

³ São exemplos desta nova historiografia: MALAVOTA, Cláudia Mortari. *Os Homens Pretos do Desterro. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860)*. Dissertação de Mestrado. PUC-RS, 2000.; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Florianópolis: experiências de população de origem africana em Florianópolis, 1860-1888*. (Tese de Doutorado) PUC/São Paulo, 2004.; PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-*

O meu interesse na historiografia da escravidão surgiu ao longo do curso com diversas leituras indicadas por professores, livros adquiridos em livrarias e “garimpados” em sebos, ou ainda artigos encontrados na internet. A qualidade de pesquisas como dos historiadores Sidney Chalhoub, Robeth Slenes e Joseph Muller saltavam aos olhos a cada nova leitura. A curiosidade de pesquisar nesta área se deveu muito à imensa gama de fontes que estes autores utilizavam. Percebi, portanto, que as possibilidades do uso de diversos tipos de fontes para uma nova abordagem historiográfica da escravidão eram possíveis, só me faltaria decidir qual tema abordar, mas o recorte geográfico já era certo: Desterro.

Das inúmeras possibilidades que o estudo da escravidão oferece e que poderiam ocupar aqui muitas linhas, a questão da liberdade sempre esteve sublinhada como possibilidade de tema para o trabalho de conclusão de curso. As formas como ela teria sido adquirida, como foi projetada me chamaram sempre atenção em meio às leituras.

É bastante fluida a idéia de liberdade: um escravo poderia percebê-la, segundo Sidney Chalhoub, como a possibilidade de autonomia de se movimentar, uma segurança maior nas suas relações de solidariedade e/ou parentesco, ou ainda a escolha de servir para um senhor e não para outro.⁴

Assim como a liberdade é um conceito subjetivo, pois está atrelado à maneira como concebe cada sujeito, sua conquista também não foi das tarefas mais simples. Pesquisas como a de Martha Rebelatto mostram com a fuga serviu como possibilidade de conquista da liberdade.⁵ Porém, muitos também alcançaram sua liberdade de forma

1888). Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850) In: FRAGOSO, João ... [et al.] (org). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. Páginas 609-643; dentre outros.

⁴Sidney Chalhoub em *Visões de Liberdade* mostra claramente a ênfase social dos escravos, sua autonomia em busca da emancipação, como os negócios de compra e venda de escravos ocorriam num universo de possibilidades e de práticas sociais. Chalhoub recorre a uma imensa gama de fontes seguindo os rastros de escravos no Rio de Janeiro nas últimas décadas da escravidão, seus enfrentamentos aos “negócios da escravidão” na busca por recompor seus laços familiares e sua liberdade. Sua abordagem demonstra como a justiça foi também *locus* do debate acerca da escravidão.

legal requerendo sua alforria mediante pagamento, através de contratos ou ainda mesmo por meios próprios.⁶

Sendo a escravidão uma instituição extremamente sólida, seu fim não foi abrupto; foi resultado de um processo longo e complexo. Havia o interesse no atraso da abolição no país, uma vez que a presença de proprietários de escravos no parlamento pressionava seu adiamento. Sua extinção completa veio em 1888 com a Lei Áurea, porém este embate ocupou o cenário político do país por um período de quase um século. Progressivamente, através da luta política, a legislação forneceria espaço para que os escravos requeressem sua liberdade, porém de uma forma mais cautelosa a liberdade completa era adiada de modo que os parlamentares, muitos deles proprietários de escravos, pudessem assim manter o controle da instituição.⁷

Durante a década de 1880 há no país a difusão de inúmeras ideias reformistas, entre elas a consolidação de um movimento político que visava extinguir o trabalho escravo. O movimento abolicionista buscou expor os males da escravidão através de discursos públicos e também da imprensa como forma de sensibilizar o maior número de pessoas. Além disso, clubes abolicionistas promoviam a aquisição de cartas de alforrias. Já no ano de 1880 foi criada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão por José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Clapp entre outros, inspirados na *British and Foreign Society Anti-Slavery Society*. Foi nesta década que surgiram em todo o país publicações que levantaram a bandeira anti-escravista. O próprio José do Patrocínio entre 1880 e 1889 dedicou-se à luta através dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. O clima abolicionista espalhou-se especialmente nas camadas médio-urbanas do Brasil.⁸

⁵ Para saber mais sobre as fugas e quilombos na ilha de Santa Catarina ver em REBELATTO, Martha. *Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Revista Afro-Ásia, n. 36, 2007.

⁶ Sobre o uso do contrato de serviços como meio de adquirir alforria ver em LIMA, Henrique Espada. *Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade*. Disponível em http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/52/55.

⁷ QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-11.

Em 2001 foi publicada a obra *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça* da autora Joseli Mendonça. Utilizando, especialmente, os debates parlamentares em torno da campanha abolicionista, Mendonça, problematiza o projeto gradual da emancipação servil no país, bem como o esforço de escravos que buscaram junto à justiça o direito à liberdade. Focando especialmente o encaminhamento parlamentar da legislação emancipacionista, a autora mostra como a articulação dessa elite não a faz detentora deste processo, uma vez que ao criarem dispositivos jurídicos forneciam espaço para que os próprios escravos se movessem em busca de sua liberdade.⁹

No centenário da Abolição o Núcleo de Informação e Pesquisa de História do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina publicou a obra “*Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*”. Focados no preconceito racial e na escravidão, os autores utilizaram as Posturas (Leis) Municipais, periódicos diversos, além das falas dos Presidentes de Província como norteadores de sua pesquisa. O capítulo dedicado ao processo de abolição traz logo em seu título “*Abolição: serviço de brancos*”, destacando a clara participação da elite na campanha pró-abolicionista. Esta foi exposta em diversos periódicos, como *A Regeneração*, que além de artigos inflamados contra as atrocidades do trabalho servil, festejavam a “benevolência” de senhores que alforriavam seus escravos.¹⁰

Celso Castilho e Camila Cowling no artigo “*Funding freedom, popularizing politics and local emancipation funds in 1880’s Brazil*” promovem novas investigações sobre o abolicionismo utilizando os fundos de emancipação como foco de investigação. Para os autores o uso de rituais públicos para a entrega das cartas de alforrias provenientes dos fundos de emancipação preservava a idéia de liberdade concedida por generosidade. As ações benevolentes do governo eram apresentadas à sociedade que também foi convocada – através da procura de

⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. “O sorriso da intrusa: a idéia de República como cultura democrática e científica”. In: *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2001

¹⁰ PEDRO, Joana. [et alii] *Negro em terra*, op. cit.

donativos para engrossar a campanha de alforrias escravos – para compor um teatro onde também encenavam as libertações como dádivas fornecidas aos escravos.¹¹

Maria Helena Machado em “*O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*” discute a introdução da questão abolicionista nas fazendas. Para a autora, as ideias abolicionistas localizavam-se predominantemente nas cidades, porém não era uma exclusividade de regiões urbanas. Mostrando a atuação de diversos setores sociais no combate à instituição da escravidão, incluindo os próprios escravos, a autora critica o enfoque de uma historiografia que se atém aos embates tecidos pela elite letrada do país, deixando a arraia-miúda à margem deste processo. Machado ainda caracteriza a década de 1880 como um período privilegiado da história do país, onde em meio a idéias em ebulição, a movimentações políticas, a sociedade teria voz política atuante nesse cenário.¹²

A campanha abolicionista em Desterro é o foco central da minha investigação. Como dito anteriormente, a década de 1880 foi notadamente fértil para a luta pela emancipação dos escravos e fruto desta luta foram os jornais que buscavam atingir toda uma sociedade com a idéia da liberdade e do progresso. O ano pesquisado foi o de 1885, ano da aprovação da lei dos Sexagenários. Espacialmente deterei meu olhar em Desterro, mas o debate com a capital imperial também estará presente para que se possam perceber os contrastes entre os engajamentos nestes diferentes locais.

Com relação às fontes primárias, em Desterro utilizarei dois jornais *O Moleque*, que circulou somente no ano de 1885 e *A Regeneração*, criado em 1868 e tendo seu último número publicado em 1889¹³.

¹¹ CASTILHO, Celso e COWLING, Camila. “Funding Freedom, Popularizing Politics: Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil”. *Luso-Brazilian Review*, 2010. 47:1 2010. p. 89-120.

¹² MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

¹³ O *Moleque* foi recentemente digitalizado pela Biblioteca de Literaturas de Língua Portuguesa e encontra-se disponível on-line. Vale ressaltar que numa leitura atenta deste jornal, pude perceber que faltaram alguns exemplares, deixarei isso mais claro posteriormente.

Para obtermos um contraste com o debate no Rio de Janeiro utilizarei trechos dos artigos do José do Patrocínio, extraídos dos jornais em que escreveu e que foram publicados pela Biblioteca Nacional.

Pesquisar, pois, um ano da campanha abolicionista em Desterro como um viés para compreender como a elite intelectual local se articulava dentro do debate político nacional é meu objetivo principal. Os dois jornais lutavam pela mesma bandeira, a liberdade dos escravos, o caminho tecido por ambos foi o mesmo?

O presente trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo “Tempos de liberdade” abordo o contexto nacional da década de 1880, bem como o processo de emancipação dos escravos, dando maior ênfase à Lei 2040 de 1871. Já o segundo capítulo “O Teatro abolicionista do jornal *O Moleque*” aborda a campanha tecida pelo jornal *O Moleque*, e a maneira como seu redator, Cruz e Sousa, atacou a escravidão através de seus artigos. Busco ainda perceber quem eram os senhores que utilizavam as páginas deste periódico para publicar as alforrias concedidas aos seus escravos. Finalmente no último capítulo abordo a campanha abolicionista exposta no jornal *A Regeneração*, órgão da loja maçônica do mesmo nome. Em ambos vemos o desejo pelo progresso e a crítica à escravidão; a pesquisa buscou perceber os contrastes e as semelhanças entre as campanhas de quem carregava uma mesma bandeira.

CAPÍTULO 1

TEMPOS DE LIBERDADE

A década de 1880 foi politicamente agitada no que diz respeito à questão servil: este foi um período de discussões políticas ocorridas no

parlamento pela libertação dos escravos, da movimentação da sociedade civil dentro dos clubes abolicionistas, dos discursos em locais públicos, dos jornais engajados na campanha abolicionista ou ainda os que foram criados para este fim.¹⁴

A pressão política, seja ela através da imprensa ou dos discursos, sobre o Estado e sobre a opinião pública compunha esta campanha formulada durante a década de 1880.¹⁵ Celso Castilho designa abolicionismo como sendo a busca pela extinção total do trabalho escravo através da mobilização pública no período localizado na década de 1880. Para o autor durante as décadas de 1860 e 1870 houve iniciativas que visavam limitar a expansão da escravidão, porém não discutiam de forma explícita o fim da instituição. Já na década de 1880 houve, segundo o autor, um esforço coletivo em extingui-la.¹⁶

Para que se alcance o debate a que aqui se propõe é pertinente que antes se perceba que período foi esse na história do Brasil. Para contextualizar a década de 1880 utilizei o artigo de Sandra Graham “*O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880*”¹⁷ e a obra *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, escrita por Maria Tereza Chaves de Mello.¹⁸

1.1 A sociedade brasileira da década da Abolição

Os anos finais do século XIX no Brasil foram marcados pelos questionamentos reformistas. A monarquia, a escravidão e a Igreja

¹⁴ Em Santa Catarina eram periódicos explicitamente abolicionistas: *Tribuna Popular* (1885), *O Vigilante* (1887), *Revista Typográfica* (1887), *A Liberdade* (1888), *O Abolicionista* (1884), *A Regeneração* (1867-1889) dentre outros. No Espírito Santo podemos citar como abolicionista *O Cachoeirano*. Em Recife, *O Abolicionista* e no Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*.

¹⁵ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. p. 18.

¹⁶ CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: the politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869/1888*. Dissertation (Doctor Of Philosophy in History), University of California, Berkley, 2008. p.7.

¹⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdale. “O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 10, nº 20, março-agosto 1990.p.211-232.

¹⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

foram alvo de críticas vindas de uma nova intelectualidade que, com novas idéias em ebulição, expunha suas demandas através de conferências, debates ou ainda através da imprensa e da literatura¹⁹.

Um episódio marcante para esta década, especialmente por representar uma nova forma de participação política da sociedade foi o Motim do Vintém. O motim foi um protesto ocorrido em janeiro de 1880 contra o imposto de um vintém sobre as passagens dos bondes urbanos no Rio de Janeiro. Este episódio mostra traços importantes da década que se iniciava.

Sandra Graham lembra como até então o grande público foi expectador da política, ou no máximo, um mero comentarista. O Motim do Vintém fez com que esta posição se modificasse: a ação política passava a ser pública. A cultura política transformava-se uma vez que novos atores introduziam sua voz no cenário da época. Porém não foram somente os “ilustres” cidadãos que protestavam no Rio de Janeiro, desta vez os moradores de cortiços somaram-se ao evento. Para Graham, o Motim do Vintém anuncia o início de um novo estilo político, redefinindo os atores, a platéia e a encenação da cultura política.²⁰

O pano de fundo de toda esta agitação política é a capital do Império. A autora traz dados sobre a população, mostra como esta cresceu de forma considerável no fim do século. Deste inchamento populacional surgiam ainda vários problemas de saúde pública como a multiplicação dos cortiços. Porém o que nos interessa aqui e o que chama a atenção para este evento ocorrido nos primeiros dias de janeiro de 1880 é a mudança do comportamento político: surgia uma participação política do povo. A autora destaca ainda como no período anterior ao motim, as movimentações da campanha abolicionista eram da alçada do legislativo. Com este novo cenário

(...) os abolicionistas adotariam uma nova orientação para o movimento, ao levar justamente

¹⁹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 105.

²⁰ GRAHAM, op cit, p.213

em conta o ambiente político que se criava, e ao saber utilizá-lo em favor de sua causa, recorrendo a uma platéia mais ampla.²¹

O abolicionismo absorveu não somente a elite letrada como também, segundo Maria Helena Machado, a “arraia-miúda urbana, que, nas cidades da década de 1880 mostrava sua feição combativa nos motins urbanos.”²² Para a autora tanto a camada média quanto setores mais populares da sociedade foram absorvidos pela campanha abolicionista. Manifestações populares como o Motim do Vintém trouxeram o debate político do Parlamento para as ruas da cidade.

Os questionamentos reformistas da sociedade não tinham somente a escravidão como alvo de críticas. Maria Tereza Chaves de Mello também atenta para o descrédito da sociedade para com a Igreja, que passou a ser vista como um grande obstáculo para o progresso da nação. Ainda na década de 1870, o anticlericalismo e o agnosticismo já faziam parte do contexto das ideias. A *Revista Ilustrada* de Angelo Agostini não só levantou a bandeira pelo fim do trabalho escravo, como também foi adepta da campanha anticlerical. A Igreja, por sua vez, rebateria com palavras menos ácidas que as expostas na imprensa anticlerical que não mediu palavras em chamar a instituição de inútil e ultrapassada.²³

Neste contexto a intelectualidade nacional via na razão um caminho para a formação do Estado. É aqui que o positivismo de Comte se insere como característica deste período. Porém não se trata de um positivismo ortodoxo, mas do compartilhamento do fato “de este lidar com toda a gama de conhecimento, tendo respostas para todas as inquietações e vicissitudes do cotidiano”.²⁴ No Brasil, os positivistas inseriam-se em debates e em lutas como a abolição e a campanha pela república. Com a crítica e o descrédito na igreja a intelectualidade

²¹ GRAHAM, op.cit, p. 230

²² MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

²³ MELLO, op cit, p. 99-105.

²⁴ MELLO, op cit, p 97.

encontrou no agnosticismo e no ateísmo um caminho que segundo Mello daria luz à cegueira que as crenças religiosas colocavam na razão.

No contexto europeu, com a consolidação de estados-nações, a questão da nacionalidade estava em pauta e no Brasil a intelectualidade utilizava a literatura para criar uma identidade nacional, “ora percebida como absoluta originalidade, ora como uma derivação especial da civilização européia”.²⁵ Autores como José de Alencar que teve no indianismo²⁶ como marca para suas obras, foram criticados por suas visões românticas sobre o povo brasileiro, uma visão quase “conivente” com a servidão. Mas como afirma Mello, o país tinha uma realidade mestiça por mais que os critérios “científicos” do período o vissem como inferior.

Característica muito pertinente desta década foi a grande atividade da intelectualidade brasileira: os jornais multiplicaram-se pelo país. Segundo Mello, a “*Revista Ilustrada*” de Angelo Agostini “bateu um recorde latino-americano com quatro mil assinaturas”.²⁷ Neste periódico, famoso por suas charges, Agostini criticou abertamente a escravidão, expondo imagens de torturas sofridas pelos escravos. A “*Revista Ilustrada*” foi uma defensora da causa abolicionista e circulou em todas as províncias e nas principais cidades interioranas.

Importante nome na causa abolicionista, José do Patrocínio dedicou-se à causa da liberdade dos escravos utilizando também a imprensa. Seus artigos foram publicados nos jornais *Gazeta de Notícias* (1880-1881), *Gazeta da Tarde* (1882-1887) e *Cidade do Rio* (1887-1889). Escritos no calor dos debates e dos acontecimentos, Patrocínio queria a “abolição imediata e sem indenização, a ser conquistada no máximo até 1889, centenário da Revolução Francesa”.²⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, que faz uma breve apresentação dos artigos selecionados de José do Patrocínio, a passagem de um periódico para

²⁵ MELLO, op cit, p. 121

²⁶ O autor é reconhecido especialmente pela tríade indianista: O Guarani (1857), Iracema (1865), Ubirajara (1874).

²⁷ MELLO, op cit, p 105.

²⁸ CARVALHO, José Murilo. A campanha abolicionista, José do Patrocínio. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/campanha_abolicionista.pdf, acesso em 16/11/2011.

outro ocorria quando a escalada da luta pela abolição tornava-se mais radical.

A década de 1880 foi marcada, portanto, por intensa movimentação política sobre as questões que se tornavam emergentes a cada dia. Os intelectuais buscaram fora do Brasil o embasamento necessário para estas novas questões postas em debate. Surgia um novo público engajado e disposto a dar voz às suas necessidades. Os abolicionistas pisavam agora em um terreno propício para plantar as críticas à escravidão e buscar sua derrubada.

1.2 As medidas graduais de emancipação e os caminhos da autonomia dos escravos

Entre o momento em que a escravidão começou a ser criticada e aquele de sua abolição se transcorreram décadas. Foi um processo histórico marcado por discussões, acordos, lutas e embates.

Da idéia de “estancamento” das fontes fornecedoras de mão-de-obra escrava vale aqui lembrar que as leis de 1831 e de 1850 poriam legalmente o fim no tráfico de escravos. A extinção do tráfico cortou inicialmente o abastecimento de escravos, porém o comércio interno ainda se mantinha. O fim do tráfico não apontava necessariamente para o fim da escravidão.

Foi somente em 1871, com a lei que declararia livres as crianças recém-nascidas e regulamentava vários pontos da relação senhor-escravo, que o Estado brasileiro marcou a posição em favor da emancipação dos escravos. Porém, antes mesmo dessa lei, o governo imperial promulgaria em 1866 duas leis emancipacionistas.²⁹ A primeira “proibiu a utilização de mão-de-obra escrava em obras públicas e, a segunda, concedeu a liberdade aos escravos de propriedade do governo

²⁹ Utilizarei este termo no que se refere ao período anterior à década de 1880, que conforme Celso Castilho tratava-se muito mais de medidas que acalmavam a tensão entre os senhores de escravos, restringindo o avanço da instituição no Brasil. Conforme CASTILHO, Celso, *Abolitionism Matters...*, op cit, p. 7.

que quisessem servir o Exército”.³⁰ A escravidão enquanto condição jurídica passava a ser questionada.

Em maio de 1871 foi apresentado à Câmara, vindo do Senado, o projeto Rio Branco que se converteu em lei em 28 de setembro deste mesmo ano. O projeto ao mesmo tempo em que recebia apoio era criticado. As alegações apresentadas em oposição à libertação do ventre escravo eram de que tal dispositivo prejudicaria seus maiores interessados, os escravos, podendo causar desentendimentos e a discórdia dentro de suas famílias.³¹ Porém este discurso “filantrópico” escondia o real incômodo com o encaminhar dos debates. O direito de propriedade estava sendo posto à prova juntamente com a relação entre proprietário e escravo. Segundo Joseli Mendonça, o projeto repercutiu em muitos debates tanto entre conservadores como entre os liberais. A mobilização em torno do projeto, afirma a autora, não se restringiu somente ao recinto parlamentar: “associações de proprietários inundaram a Câmara com representações que o repeliam; artigos favoráveis e contrários às medidas propostas eram publicados na imprensa”.³² Mas o principal “pomo de discórdia” referia-se ao direito de propriedade: os conservadores se apegavam ao direito dos senhores de escravos ao fruto do ventre escravo e insistiam em indenização.

Henrique Espada Lima ao pesquisar os arranjos de trabalho envolvendo libertos em Desterro aborda, dentre outros aspectos, as novas possibilidades legais abertas aos escravos. Segundo o autor “caminho aberto era ambíguo, a lei teve um impacto decisivo sobre o futuro da ordem escravista, incrementando a competência jurídica dos escravos e minando a autoridade moral dos senhores”.³³

Após críticas e debates, a lei foi aprovada e antes mesmo de discutir os reflexos na sociedade, bem como sua aplicação, é mais prudente que

³⁰ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009, p. 21.

³¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2001.p. 29.

³² Idem, p. 24

³³ LIMA, Henrique Espada. *Trabalho e Lei para os libertos na ilha de SC no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade*. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009. p. 140.

se apresente tal dispositivo jurídico para que se compreenda todo o debate em sua volta. Para dar suporte à Lei 2040 será utilizada a dissertação de Patrícia Geremias³⁴ que analisou processos de tutela oriundos do Juizado de Órfãos e Ausentes de Desterro e traz uma clara explanação sobre os principais pontos desta lei. Trato aqui da lei de 1871 pela importância que tinha no debate da década de 1880.

A lei do Ventre Livre³⁵ assegurava em seu primeiro artigo a liberdade aos nascidos de ventre escravo. Porém os parágrafos que seguem ao *caput* da lei trazem as condicionantes desta liberdade. Primeiramente que as crianças nascidas após esta lei ficariam sob os cuidados do proprietário de sua mãe até a idade de oito anos. Após este período eram previstas duas alternativas ao proprietário: a indenização no valor de 600\$000 réis³⁶ ou ainda a utilização de seus serviços até os vinte e um anos de idade. No caso de o proprietário utilizar desta última opção, seu vínculo poderia ser cessado no caso de sua genitora conquistasse sua liberdade ou seu a mesma fosse vendida para outra pessoa. Se a preferência fosse pela indenização pecuniária, a tutela da criança ficaria a cargo do governo que poderia enviá-la às associações que por sua vez poderiam utilizar-se de seus serviços ou ainda alugá-los até os vinte e um anos de idade.³⁷

A formação de pecúlio foi outra medida de suma importância na legislação. O escravo a partir daquela lei poderia formar um pecúlio proveniente de herança, doação, adquirido com seu trabalho ou economias. Com o valor levantado o escravo poderia adquirir sua liberdade, sendo que este valor poderia ser fixado via acordo. Quando não houvesse acordo, seria por forma de arbitramento. Este é um dos pontos mais pertinentes desta lei. Ao inserir no campo da legalidade a possibilidade de alforria aos escravos esta transformaria as relações entre senhores e escravos, um exercício que se dava no domínio privado

³⁴ GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 2005.

³⁵ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Documentos políticos da História do Brasil*. Disponível em <http://www.cebela.org.br/TextosPolíticos/TextosPolíticos.html>

³⁶ Este pagamento seria efetuado em títulos de renda com juros de 6% ao ano durante 30 anos. Conforme § 1º do Artigo 1º da Lei 2040/1871.

³⁷ GEREMIAS, op cit., p. 08.

emergiu como um elemento perturbador na autoridade moral destes senhores.³⁸

Adquirido o pecúlio, interessam-nos também as formas como a alforria seria adquirida. Primeiramente, o proprietário do escravo poderia simplesmente aceitar o valor levantado por este e assim conceder sua liberdade legal. Porém a negociação acerca do preço a ser pago em troca da liberdade foi uma questão que gerou muitas tensões entre os interessados que tiveram a justiça como cenário de disputas.

O proprietário que não concordasse com a quantia oferecida por seu escravo seria interpelado por um processo de arbitramento que definiria o valor do escravo. Ao ser instaurada a ação, o escravo seria recolhido aos poderes de um depositário. O escravo, sendo incapaz juridicamente, era representado por um homem livre. “Se o preço definido fosse equivalente ao apresentado, o processo podia ser concluído mais facilmente. O depósito do pecúlio já estaria feito e o escravo receberia a carta de alforria.”³⁹ Porém se o valor apresentado não fosse o mesmo que o definido pela ação caberia ainda apelação e nesta instância o valor poderia manter-se como o anteriormente fixado ou até reduzido. Neste ponto havia a necessidade de um exame médico para avaliar as condições físicas do escravo, quesito essencial para avaliar o valor do escravo. Interessante perceber o “jogo de disputa” entre os senhores e os escravos: enquanto o último apontava sua fragilidade física e idade avançada com intuito de reduzir o valor a ser pago, o primeiro apontava as qualidades físicas e aptidões diversas de seu escravo buscando aumentar o valor.

De uma forma mais ampla, podemos perceber é que para os escravos se abria uma via no campo legal para a busca de sua liberdade. Para os proprietários, a autoridade moral, que residia no campo privado começava a ser atacada. Resta-lhes a administração do futuro das crianças nascidas de ventre escravo.

O presente trabalho está temporalmente localizado na década de 1880. É deste ponto de vista que será abordada esta lei, que foi aqui apresentada com o intuito de esclarecer seus artigos mais pertinentes.

³⁸ MENDONÇA, op cit, p.55-62.

³⁹ MENDONÇA, op cit, p 62.

Nos dois capítulos posteriores utilizei dois jornais de Desterro como fonte primária de pesquisa e neles podemos notar o uso desta lei, especialmente do uso do fundo de emancipação. Este objetivava libertar anualmente em cada província um número de escravos proporcional a uma quota disponível do orçamento. As campanhas abolicionistas destes jornais são bastante distintas, mas isso será apresentado adiante.

A campanha abolicionista ganhou nova forma no início da década de 1880 no contexto de um efervescente cenário político, como apresentado anteriormente. A imprensa foi instrumento fundamental na luta contra a escravidão. Os jornais denunciavam a escravidão através da transcrição de discursos em prol da abolição, da denúncia de maus tratos sofridos pelos escravos, da publicação de alforrias incentivando os demais leitores a também aderir à campanha.

A imprensa denunciou a escravidão, mas também denunciou as ações de escravos expondo o receio da sociedade diante de qualquer represália. Joana Maria Pedro e demais autores, ao abordar notícias vinculadas à imprensa de Desterro sobre crimes e rebeliões de escravos, e neste caso especialmente os localizados na década de 1880, mostram como estas eram utilizadas para expor “sentimentos de inquietação e medo por parte dos proprietários, como que procuram fazer com que estes sentimentos sejam compartilhados pelo restante da população”.⁴⁰ Argumentam ainda que estas notícias são “reveladoras dos sentimentos de inquietação e medo existentes numa sociedade dominada por proprietários de escravos em relação a represálias e revoltas por parte dos cativos.”⁴¹ A imprensa noticiava, ao menos aqui em Desterro, as ações de escravos como crimes que atacariam a ordem social.

Ainda que tratemos aqui de uma abolição discursada pela elite é sempre pertinente que os maiores interessados na emancipação servil sejam lembrados por terem também buscado ativamente movimentar-se em busca da liberdade. Fora da idéia cristalizada que o encaminhamento da libertação definitiva do trabalho escravo tenha sido tecida exclusivamente pelos “de cima” é necessário, pois, que sempre se leve em consideração os desejos e as movimentações dos próprios escravos. Quando leis como as do *Ventre Livre* ou dos *Sexagenários* lhe

⁴⁰ PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em terra...* op cit, p. 40-41.

⁴¹ PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em terra...* op cit, p. 40-41.

outorgavam direitos de acesso à liberdade estes o faziam ativamente no viés da legalidade. Os escravos não foram meros espectadores nesta história.

Falar aqui da ação escrava não é uma mera formalidade, a ação de escravos e de libertos permeou constantemente a sociedade escravista. O próximo capítulo será dedicado a um periódico que mesmo sendo escrito por uma elite intelectual, vale muito frisar que seu maior colaborador foi filho de escravos e carregava consigo a referência física de um escravo, sua cor. Com ela o preconceito, e isto é muito mais relevante do que se imagina.

CAPÍTULO 2

O TEATRO ABOLICIONISTA DO JORNAL *O MOLEQUE* (1885)

A imprensa foi o local por excelência de divulgação das novas ideias que emergiam no país e os debates sobre o projeto emancipacionista não ficaram de fora. Porém não só a imprensa foi

palco do debate sobre a questão servil: as discussões nos clubes abolicionistas e em associações libertadoras de escravos também fizeram parte dos locais de debate e divulgação de tais idéias. Em Desterro foram criados durante a campanha abolicionista clubes e periódicos. Em 1883, surgiu a Sociedade Abolicionista; em 1884, o Clube Abolicionista de Desterro.

2.1 A imprensa e seus autores

A utilização dos jornais como fonte de pesquisa histórica não é algo inédito. Aqui em Santa Catarina uma historiografia mais tradicional como de Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza fez uso da imprensa local em suas obras.⁴² Mas haja vista o grande número de periódicos surgidos na segunda metade do século XIX, bem como o surgimento de uma nova historiografia muito mais crítica que a anterior, as possibilidades de abordagens e resultados que tais fontes podem nos apresentar aumentaram consideravelmente.

No presente capítulo será utilizado o jornal *O Moleque* como fonte primária de pesquisa. Todavia, antes mesmo de entrar em uma análise mais detida de suas páginas, é interessante que tenhamos uma visão sobre a imprensa de Desterro no final do século XIX. Para tanto o livro *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX* de Joana Maria Pedro dará o suporte necessário, pois ao discutir os limites fluidos entre a esfera pública e a esfera privada, a autora utilizou-se de um grande levantamento de jornais que circularam em Desterro de 1831 a 1889.⁴³

A multiplicação do número de jornais em períodos de grandes disputas políticas é uma marca de pequenas cidades, assim como Desterro. Segundo Joana Maria Pedro, “a vinculação da sobrevivência as recursos do poder público, bem como trampolim político, tudo isso

⁴² São exemplos do uso da imprensa na historiografia que aborda a escravidão em Desterro: Oswaldo Rodrigues Cabral na obra *Nossa Senhora do Desterro: Memória*. volume II; Walter Piazza, *O escravo numa economia minifundiária*; Joana Maria Pedro [et alii] em *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*

⁴³ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995

ocorreu e continua ocorrendo em muitas pequenas cidades. Trata-se do entrelaçamento entre os interesses públicos e particulares." ⁴⁴

Segundo Joana Pedro, por iniciativa do lagunense Jerônimo Francisco Coelho, capitão de engenheiros, foi criado o primeiro jornal de Santa Catarina, *O Catharinense*, em 1831. Porém sua vida foi efêmera, circulando apenas nas quintas-feiras no total apenas 22 números foram publicados.

Antes de 1831 circulavam em Desterro jornais de outros locais do país: *Aurora Fluminense*, *A Estréia*, ambos do Rio de Janeiro; *O Farol*, de São Paulo; e o *Universal* de Ouro Preto, Minas Gerais. Ainda segundo Pedro, em meio ao crescimento econômico na segunda metade do século XX, Desterro viu surgir uma esfera pública burguesa que fez uso da imprensa para divulgar suas idéias e opiniões.

Diante de um período muito fértil para a imprensa deve-se considerar o público que tinha acesso à leitura dos jornais publicados em Desterro. Importante notar os limites impostos pelo analfabetismo. Segundo o censo de 1872, havia no município de Desterro, 5.093 pessoas analfabetas de uma população total de 8.608. ⁴⁵ Já na província catarinense de uma população total de 159.802 habitantes, 70.626 eram analfabetos. ⁴⁶ Mas também é necessário considerarmos a oralidade como forma de difusão de idéias, através de redes informais de comunicação, como os boatos e cochichos em feiras, boticas, no cais do porto, nos armazéns. ⁴⁷ Mariana Pícoli, ao abordar os diferentes contextos entre o emancipacionismo e o abolicionismo e especificamente ao abordar a imprensa afirma que “ainda que a maior parte da população permanecesse iletrada nesta época, as notícias chegavam até esse segmento por intermédio da leitura em voz alta dos jornais e das conversas cotidianas realizadas no espaço público.” ⁴⁸

⁴⁴ PEDRO, Joana Maria. Nas tramas...op cit, p.9

⁴⁵ Censo de 1872. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Provincia%20de%20Santa%20Catharina.pdf, acesso em 25/11/2011.

⁴⁶ idem

⁴⁷ PEDRO, Joana Maria. Nas tramas...op cit, p. 70

⁴⁸ PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Idéias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. p. 28

O uso de imagens pelo *O Moleque* mostra uma característica mais popular, uma busca de ampliar os objetivos com as imagens, confirmando a afirmação de Joana Pedro de que “a finalidade última de todos os atos de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado”.⁴⁹

A *Revista Illustrada* é famosa por suas imagens que criticavam grandes instituições como o Império e a escravidão. Marcelo Balaban, ao pesquisar as imagens construídas de negros neste periódico mostra que no período pertinente à sua pesquisa (1876-1888), houve a ampliação do público leitor, com o uso destas imagens. O próprio Agostini afirmava que “a caricatura não é uma arte que requeira conhecimentos especiais para poder ser compreendida e apreciada”.⁵⁰ Para Balaban,

Em razão do grande analfabetismo que grassava na população brasileira, as imagens teriam um poder especial, o de levar à grande maioria da população a propaganda abolicionista, de converter o povo à religião da liberdade.⁵¹

Muitos dos jornais surgidos em Desterro tinham entrelaçamento com partidos ou a ideais políticos muito claros. Os jornais pesquisados são bastante contrastantes: o primeiro, *O Moleque*, durou pouquíssimo tempo, como muitos outros deste período na região⁵²; o segundo, *A Regeneração*, órgão ligado a uma loja maçônica, durou de 1868 a 1889. Por ora será abordada a campanha abolicionista d’*O Moleque*, que circulou em Desterro somente entre o fim do ano de 1884 e o ano de

⁴⁹ PEDRO, Joana Maria. Nas tramas...op cit p.47

⁵⁰ AGOSTINI, Angelo. BALABAN, Marcelo. “A flor da nossa gente: análise de imagens de negros da Revista Illustrada”. Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, UFRGS, p. 1

⁵¹ BALABAN, op cit, p. 1-2

⁵² Outros jornais que tiveram curta duração na década de 1880 em Desterro segundo Joana Maria Pedro: O Progresso (1880); Colombo (1881); Livro da Mocidade (1882); O Caixeiro (1882-1883); O Colegial (1884); A Lanterna (1884); A Lucta (1885); Conciliador (1885-1886); Mercúrio (1886); Clarim (1886-1887); O Vigilante (1887); Revista Typographica (1887-1888); dentre outros.

1885 e teve o poeta simbolista Cruz e Sousa como redator responsável a partir de 17 de maio de 1885:

Assume hoje a redação do *Moleque* o fulgurante escriptor e elevadíssimo poeta, cujo nome irradia á cima.

Para avaliar seu mérito é bastante dizer que a sua personalidade litteraria foi julgada, pelas principaes folhas do nosso paiz, a mais completa, artistica e superior que a província de Santa Catharina tem produzido até aqui.⁵³

Antes de Cruz e Sousa assumir a redação d'*O Moleque*, seu redator responsável foi “o luminoso escriptor e poeta Virgílio Varzea”⁵⁴, que ficou responsável pelo periódico até sua chegada. Porém antes mesmo de Várzea tê-lo assumido os artigos foram em sua maioria assinados por Viriato Reis e Gustavo d’Albany.

Nascido João da Cruz e Sousa no ano de 1861, filho de Carolina Eva de Jesus e Guilherme de Sousa, o futuro poeta aprendeu suas primeiras letras com D. Clarinda Fagundes de Sousa, esposa do Marechal Guilherme Xavier de Sousa que militou na Guerra do Paraguai e para quem seus pais prestaram serviço.⁵⁵

Continuou seus estudos no Ateneu Provincial Catarinense, onde terminou o curso médio de humanidades em 1876. Seus primeiros trabalhos foram em conjunto com outros jovens, Horácio de Carvalho, Santos Lostada, Araújo Figueira e Virgílio Várzea. Com este último criou os jornais *Colombo* e *Folha Popular*, surgidos ainda no início da

⁵³ Jornal O Moleque, 17/05/1885. Neste e nos demais artigos citados será mantida a ortografia original

⁵⁴ Jornal O Moleque, 09/03/1885.

⁵⁵ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. *Cruz e Sousa: modernidade e mobilidade social em Desterro nas últimas décadas do século XIX*. Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: UFSC, 2007.p. 3

década de 1880. A *Folha Popular* defendeu em suas páginas os ideais abolicionistas.

Em 26 de março de 1885 foi publicada n' *O Moleque* a notícia da chegada do seu futuro redator: “acha-se entre nós, após uma longa excursão por todo o Brazil, o valente e rutilante poeta realista Cruz e Sousa”.⁵⁶ Este participou de atividades teatrais de sociedades dramáticas amadoras, onde declamava seus poemas e ao retornar para sua cidade natal uniu-se ao amigo de letras Virgílio Várzea em um movimento contrário ao Romantismo. Neste mesmo ano ficou responsável pela redação do jornal *O Moleque*, no qual publicou artigos, poemas e crônicas.⁵⁷

2.2 A campanha d'O Moleque pela Abolição

O período turbulento de mudanças no país foi em Desterro um período muito fértil para a imprensa, especialmente nos anos de 1884 e 1885, tempos de eleições e troca de ministério na Corte, assumindo os conservadores após a destituição do Ministério Liberal. É neste contexto que se insere o jornal *O Moleque* que circulou em Desterro por pouco mais de um ano, sendo seu primeiro número publicado em dezembro de 1884.⁵⁸

O Moleque se definia como um “Órgão crítico, humorístico, noticioso e de leituras variadas”. Todos os seus números traziam ilustrações, caricaturas e charges que eram apresentadas na capa e na última página o que remete muito em sua aparência à *Revista Illustrada* do italiano Angelo Agostini. A *Revista Illustrada* foi criada em 1876 e durou até 1895. Distribuída em todas as províncias do país, trazia figuras litografadas e foram comuns em suas páginas críticas e denúncias à crueldade da escravidão. Circulava aos sábados e era composta por oito páginas, sendo a metade em desenhos. Suas charges atacavam o clero, a escravidão e o Império, os pilares institucionais do país.

⁵⁶ Jornal O Moleque, 26/03/1885

⁵⁷ ESPÍNDOLA, op cit, p. 5

⁵⁸ Porém este exemplar não está disponível no setor Santa Catarina da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Nas páginas d'*O Moleque* foram comuns as publicações de poesias tanto de Cruz e Sousa como de Virgílio Várzea, críticas ao governo da província especialmente através das charges, além de debates sobre os acontecimentos do Parlamento e crítica contra a escravidão.

Em julho de 1884, o gabinete liberal chefiado pelo ministro Dantas, apresentou à Câmara dos Deputados “um projeto de lei com propostas relacionadas às relações de escravidão”.⁵⁹ O projeto de Dantas, assim como o da lei do Ventre Livre, foi alvo de críticas especialmente no que se refere ao direito de propriedade. Os artigos d'*O Moleque* abordam esta questão, afirmando exatamente que o escravo não é uma propriedade, expondo os proprietários de escravos, além de criticar a legislação que indenizaria os senhores de escravos.

Em maio de 1885 foi votada e aprovada pela Câmara uma moção de desconfiança do Ministério Dantas e nesta situação, o imperador demitiu Dantas do cargo de presidente do conselho de ministros”.⁶⁰ *O Moleque* não deixou de criticar o ocorrido.

(GABINETE DANTAS)

Em 1885, na hora bastante adiantada em que vae a civilisação, a literatura, as artes, a industria, a agricultura e progresso material e intelectual do quase todo o mundo, o Brazil, uma nação ainda infantil comparada ás velhas nações da Europa, mas já muitissimo conceituada e distinguida entre todas as outras, possui mais de um milhão de escravos e continua a ser, no mappa luminoso onde se acham todos os paizes livres pelo attestado do Sol e da Liberdade, o pedaço enorme da America do Sul ensombrado pela aza imensa do corvo da escravidão.

E quando se levanta um ministério heróico e cheio de idéias extraordinariamente adiantadas, idéias que impulsionaram infallivelmente para o Progresso e para a Luz todo o paiz, esse ministério

⁵⁹ MENDONÇA, op cit, p. 25-26

⁶⁰ idem

é derrotado por numero superior de representantes da nação, que enxergam estupidamente no projeto Dantas, um grande prejuízo para ella, quando prejuízo real haverá, sem duvida, em toda demora na realisação desse projecto.⁶¹

O jornal *O Moleque* não deixou de comentar os eventos ocorridos no país. A questão da liberdade dos sexagenários proposta pelo Gabinete Dantas foi tratada pelo jornal como “idéias que impulsionaram infallivelmente para o Progresso e para a Luz”. A crítica aos representantes da nação é clara e sem meias-palavras, além de perceber que com a queda do ministério Dantas ocorreria um grande prejuízo pela lentidão na aprovação do projeto. A lei dos sexagenários foi aprovada em 28 de setembro de 1885, 14 anos após a Lei do Ventre Livre.

Joana Pedro e demais autores apontam, no livro *Negro em Terra de Branco*, como as manifestações de preconceito racial foram frequentes em Desterro, inclusive quando a cidade “passa a contar com instrumentos reguladores de comunicação social, como é caso dos jornais periódicos”.⁶² Nestes, segundo os autores, “o negro assume a equivalência de tudo que é negativo e desfavorável”.⁶³ Neste contexto de preconceito racial, o redator d’*O Moleque*, Cruz e Sousa, utilizou as páginas do jornal para demonstrar o preconceito que sofria por sua cor. Nesta ocasião o redator sai em defesa do jornal, por não ter sido convidado para o jantar de comemoração do aniversário do Club 12 de Agosto.

Achavam-se alguns representantes da Imprensa, menos o Moleque que teria de embalsamar-se primeiro, para não cheirar a cachaça ou a creoulo fôrro, a fim de melhor subir as escadarias pomposas do magestosíssimo e fidalgo Club 12.

⁶¹ Jornal *O Moleque*, 10/05/1885

⁶² PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em...* op cit p. 37

⁶³ Idem, p 46

(...)

Uma vez que O Moleque não é um trapo sujo do monturo, um caracter enluvado com syphilis moral por dentro, um pasquim ordinario e safado, um bêbado de todas as esquinas ou um leproso de todas as lamas, havia obrigação....de ser O Moleque considerado como gente... Se não se distribuiu convite para O Moleque porque o seu redator-chefe é um crioulo, é preciso saber-se que esse crioulo não é um imbecil.

É um creoulo que tem muita presumpção em o ser e que não se curva, a despeito de tudo, senão ao talento, á bondade e o carácter.⁶⁴

Em *Negro em Terra de Branco*, os autores apontam como na década de 1880 circulava o debate “influenciado pelas teorias de inferioridade racial dos negros, gestadas nas primeiras décadas do século XX. (...) Estes debates ganharam espaço nos jornais catarinenses da época”.⁶⁵ Neste caso os autores referem-se ao papel dos jornais em “reafirmar o caráter de coisa, de mercadoria a ser vendida, comprada, alugada e penhorada, atribuído aos escravos.” Cruz e Sousa utilizou, portanto, o mesmo meio que expunha ideias racistas para combatê-las de forma explícita, atacando o clube sem medir palavras: “a acção do club foi péssima, inqualificável, indigna de gente que se preza calçar uma luva e deitar uma gravata branca.”⁶⁶

Elisabete Espíndola, afirma que muito embora Cruz e Sousa tivesse o mérito de ser redator de um jornal, “naquela sociedade oitocentista e escravista a questão da cor tornou-se o principal fator que impedia Cruz de ascender socialmente. (...) Suas tentativas de alargamento das possibilidades de ascensão social eram bloqueadas”.⁶⁷ Em carta enviada ao seu amigo Virgílio Várzea já em 1889, o poeta Cruz e Sousa demonstra a animosidade que sentia no Rio de Janeiro:

⁶⁴ Jornal O Moleque, nº35, 16/08/1885.

⁶⁵ PEDRO, Joana Maria [et. Alii].. Negro em..., op cit, p. 30-31

⁶⁶ Jornal O Moleque, nº35, 16/08/1885.

⁶⁷ ESPÍNDOLA, Op cit, p. 6

(...) Quem me mandou vir cá abaixo a terra arrastar a calcetada vida! Procurar ser elemento entre o espírito humano?! Pra que? Um triste negro, odiado pelas castas cultas, batido das sociedades, mas sempre batido, escorraçado de todo o leito, cuspidado de todo o lar como um leproso sinistro! (...)⁶⁸

A questão racial deve ser levada em conta quando um negro, ainda que livre, estava à frente de um jornal, especialmente quando este trata da questão servil. Cruz e Sousa era livre e, os autores que abordam sua trajetória de vida nunca deixaram de destacar que foi brilhante escritor, porém a cor de sua pele talvez pesasse mais. Assim, fez d’*O Moleque* um palco para criticar a instituição da escravidão.

Ao aprofundar a leitura nas páginas d’*O Moleque* em busca de artigos ou qualquer referência à questão abolicionista, em meio a muito humor e às poesias de seu redator, chamam a atenção as publicações de alforrias por iniciativa de particulares em Desterro de 1885. Todas, sem exceção, foram alforrias incondicionais ou ao menos nenhuma condição foi mencionada nestas publicações. As alforrias incondicionais eram as entregues aos escravos sem nenhum ônus. Haviam as que eram feitas por intervenção de uma terceira pessoa, onde homens livres pagavam o valor do escravo ao seu proprietário em troca de serviços. Outra forma era de alforria condicional onde o proprietário alforriava seu escravo em troca de prestação de serviços por um determinado período⁶⁹. Em 06 de março de 1885 foi publicada a libertação de dois escravos do Sr. Marcianno de Carvalho; na ocasião o jornal aproveitou para criticar a imprensa que não publicava as alforrias concedidas por cidadãos sem títulos de “barão ou commendador”.⁷⁰

Curva-te Moleque.

⁶⁸ SOUZA, Cruz. Apud. ESPÍNDOLA, op cit, p. 8

⁶⁹ MARTINS, Robson L.M. “Atos dignos de louvor: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo (1885-1888)”. *Revista Afro-Ásia*, nº 27, 2002.p.197.

⁷⁰ Jornal O Moleque, 06/03/1885.

O Snr. Marcianno de Carvalho, acaba de dar liberdade, isto é, de enveredar para a luz, dous escravos que possuía.

Magnífico.

Nós que não somos como a imprensa narcótica que não aureole com as flores das palavras e da escripta, factos como estes, talvez, pela única razão de não ser, quem o praticou, nenhum barão ou commendador píffio e sucio, nós, repicando alegremente todos os sinos sonoros deslumbrante cathedral dos júbilos- a alma- diante da figura sympathica e distintamente cavalheirosa, do honrado cidadão, fazemos das nossas esperanças e das nossas crenças, como a entrada do Christo em Jerusalém , um tapete franco e largo para a sua passagem triumphante ao caminho do direito.

Curva-se Moleque⁷¹

A liberdade concedida aos escravos sem a intervenção da pena do governo era recebida com aplausos nos números do jornal. Meio democrático para propagandização de ideias, as publicações de tais libertações nos jornais eram expostas na imprensa como “um ato louvável e progressista dos cidadãos de Desterro que não poupavam esforços para que toda sociedade logo se visse livre desta ‘vergonhosa mancha ou nóculo’ que era a escravidão”.⁷²

Vejamos outro exemplo de alforria publicada n’*O Moleque*. Desta vez trata-se de uma alforria concedida no leito de morte da irmã do deputado provincial Francisco da Silva Ramos:

A exma. Sra. D. Caetana da Silva Ramos, Irma do Sr. Deputado provincial Francisco da Silva Ramos, momentos antes de fallecer, concedeu liberdade a alguns escravos que possuía.

⁷¹ Jornal O Moleque, 06/03/1885

⁷² PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina p. 119

Praticar uma acção d'estas no instante fatal em que a alma se vai extinguindo pouco á pouco pela escuridade da morte é uma cousa altamente commovente, profundamente vibrante.

O 'Moleque' curva-se triste e respeitoso, diante d'aquella que expirou por entre os abençoamentos de meia dúzia de corações que acabavam de deixar os élos de bronze da escravidão e por entre as scintillações vivas das suas lagrimas libérrimas, que a envolveram n'uma mortalha de diamantes.⁷³

Tamelusa Amaral aponta para uma questão interessante ao pesquisar as alforrias de Desterro: o constrangimento de senhores que buscaram libertar seus escravos no fim de suas vidas. Para a autora, os proprietários libertavam seus escravos para que tivessem um alívio na consciência em seu leito de morte.⁷⁴ Há nesta publicação um tom irônico por parte do jornal, “por entre as scintillações vivas das suas lagrimas libérrimas, que a envolveram n'uma mortalha de diamantes”, traz certo exagero ao se referir-se ao ato da Sra Caetana de forma tão suntuosa.

Podemos perceber nestas duas publicações uma espécie de encenação, como num teatro. Os anúncios mostravam os agora ex-senhores de escravos como nobres cidadãos comprometidos com a causa da liberdade dos escravos diante de toda a sociedade. Porém há, nestes anúncios, um tom exagerado do jornal. No primeiro há inclusive menção a entrada de Cristo em Jerusalém e no caso da Sra Caetana o jornal fala em mortalha de diamantes. Provavelmente este exagero seja uma forma irônica do jornal criticar e expor para a sociedade de Desterro àqueles que foram senhores de escravos até então.

Robson Martins mostra como, muito embora as publicações de alforrias na imprensa sugerissem que estes proprietários estariam colaborando com a nobre causa da emancipação servil, a real intenção

⁷³ Jornal O Moleque, 29/01/1885.

⁷⁴ AMARAL, Tamelusa Ceccato do; *As camélias de Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888)*. 2006. Monografia (especialização) – UDESC. Universidade do estado de Santa Catarina. p. 16

residia na proteção de seus interesses, pois neste período “a escravidão já estava desmoralizada e, por conta disso, os escravistas também queriam dar satisfação à sociedade livre para não permanecerem tão desmoralizados diante delas”.⁷⁵ Para o autor os senhores de escravos utilizavam os jornais não só para mostrar sua atitude diante da sociedade como também incentivar outros proprietários ao “mostrar que o Estado não deveria intervir na tentativa de resolver o problema do ‘elemento servil’”.⁷⁶ A ideia destas publicações, conforme Martins era de que estes atos fossem imitados, com a intenção final de “manter, sob controle, não só a sua força de trabalho, como também o processo de emancipação”.⁷⁷ Os jornais seriam o palco perfeito para dar visibilidade aos atos dos proprietários frente à sociedade.

As publicações de alforrias concedidas aos escravos por particulares não visava findar a instituição da escravidão no país. Como em um teatro emoldurado de elogios a tamanha bondade e generosidade, esta foi a maneira encontrada pelos senhores de sensibilizar os demais proprietários da conveniência de emancipá-los. E assim a campanha emancipacionista dos senhores era articulada, via libertações publicadas na imprensa que demonstrariam através de sua bondade que ainda detinham autoridade sobre seus escravos.

O jornal foi palco para que os senhores de escravos encenassem diante da sociedade sua benevolência ao libertar seus escravos, mostrando apoiarem a causa abolicionista. O jornal, por sua vez, utilizava a ironia ao exagerar no tratamento que dispensou aos proprietários de escravos. Há subjacente a denúncia da hipocrisia de quem há pouco tempo era proprietário de escravos e que agora demonstrava sua “bondade” diante da sociedade, além de ligar a idéia da abolição com o progresso.

Na capital, Rio de Janeiro, o abolicionista José do Patrocínio ao anunciar que dentro de poucos dias seria regulamentada mais uma lei em prol da liberdade lançou às páginas da imprensa em setembro de 1885: “os proprietários de homens julgaram-se perdidos; o seu destino

⁷⁵ MARTINS, Robson L.M. *Atos dignos de louvor: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo (1885-1888)*. Revista Afro-Ásia, n° 27, 2002.p. 200

⁷⁶ Idem, p. 197

⁷⁷ Ibidem, p. 209

estava nas mãos do imperador.”⁷⁸ Patrocínio referia-se a “cólera satânica” dos proprietários de escravos “se o augusto árbitro desse toda a força ao Gabinete 6 de Junho”.⁷⁹ Segundo Roberto Saba, este gabinete foi apoiado pelos abolicionistas na Câmara, de outro lado ficou “o grupo escravista, que defendia a todo o custo a legitimidade da propriedade escrava e, conseqüentemente, a necessidade de indenização ao proprietário pela libertação de qualquer escravo.”⁸⁰

Voltando ao debate com o ano de 1885, importante percebermos que *O Moleque* acompanhava o que ocorria na capital do Império. José do Patrocínio, conhecido por lutar ardentemente pela causa abolicionista e que também fez uso da imprensa como instrumento de combate na causa abolicionista, dentro do contexto de discussões em torno do projeto dos sexagenários, criticou a questão da indenização: “Indenizar o que, com que e para quê? Só se indeniza o que é propriedade legal e o escravo é uma espoliação praticada por algumas castas contra o Estado”.⁸¹ Seus artigos foram elaborados dentro daquele contexto abolicionista; dedicou-se em suas linhas a condenar a escravidão e a emancipação gradual, pois a queria imediata, além de não aceitar a indenização pecuniária aos senhores.

O tom do engajamento sobre a questão servil veiculado nas páginas d’*O Moleque* mostrou-se, nas fontes pesquisadas e aqui comparadas, acompanhar o debate abolicionista da capital do país.

Em Desterro Cruz e Sousa também utilizou a imprensa para criticar a indenização

A Indemnização é um absurdo...

⁷⁸ Artigo publicado em 26/09/1885. PATROCÍNIO, José do. A Campanha Abolicionista. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/campanha_abolicionista.pdf, acesso em 26/09/2011, p.66

⁷⁹ Artigo publicado em 26/09/1885. PATROCÍNIO, op cit, p.66

⁸⁰ SABA, Roberto. “A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885)”. XIX *Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 2008.p.1

⁸¹ Artigo publicado em 21/03/1885. PATROCÍNIO, op cit, p.52

Desde a lei de 28 de setembro que possuidores de escravos deveriam prevenir-se, observar as cousas, pois era fato que, mais cedo ou mais tarde, com o cumprimento daquela lei, haveria transformação nessa mal encarada propriedade.

A Indemnisação é uma burla.

Indemnizar os senhores? ...

E quem indemnizará os míseros escravos da sua eterna noite de treva, das suas agonias, das suas afflicções, das suas lagrimas?!⁸²

O jornal *O Moleque* trazia um grande comprometimento com a causa abolicionista, criticando a legislação ao não conceder a liberdade completa aos escravos e atacando quem não apoiasse tais ideias. A lei dos Sexagenários concedeu liberdade aos escravos com idade superior a 60 anos, porém como forma de indenizar seus senhores, estes deveriam prestar ainda mais três anos de serviços.⁸³ O jornal apontou que desde a Lei do Ventre Livre a questão do escravo como propriedade começava a ser transformada e ao entrar no debate sobre a lei que emanciparia os sexagenários, não deixou de atacar a possibilidade de indenização, que de fato ocorreu.

O Moleque não mediu esforços ao criticar a escravidão. Afirma enfaticamente neste mesmo artigo que “o homem nunca foi propriedade de outro homem”.⁸⁴ Sua crítica foi além dos debates em torno da legislação, o jornal expôs também aqueles que não só cometeram agressões contra seus escravos, como quem foi conivente com tais atitudes.

Caso de grande repercussão nas páginas do jornal e que inclusive figurou na capa da edição foi a agressão sofrida por um escravo devido a uma tentativa de fuga frustrada em pleno corredor da polícia. O Sr.

⁸² Jornal *O Moleque*, 07/06/1885.

⁸³ Conforme § 10, do artigo 3º da Lei 2370/1885.

⁸⁴ Jornal *O Moleque*, 07/6/1885

Estevão Brocardo foi duramente criticado por tal “scena indigna”; sua atitude foi comparada à de um “instinto animal” contrário a uma sociedade que buscava a civilidade:

Deu-se no corredor da Policia uma scena indigna: o sr. E. Brocardo maltrata brutalmente um escravo pelo simples facto de ter este fugido.

Tal escandalo, n’uma epocha inteiramente abolicionista, deixa o character do cidadão que o praticou, um pouco abaixo do nível moral e um tanto por cima das cousas que precisam ser desinfectadas com acido fenico.⁸⁵

A crítica vai muito além da atitude do senhor que agride seu escravo “n’uma epocha inteiramente abolicionista”, coloca o chefe de polícia e o delegado como coniventes com o crime, fazendo “terceto com o sr. Brocardo, nessa grande operetta canalha do deboche social”⁸⁶. O extenso artigo, publicado no dia 03 de maio, não só critica ambas as atitudes, a de quem agride como a de quem se fez indiferente ao caso, como ataca firmemente a instituição da escravidão: “nem o civismo, nem o amor que se deve ter por essa escravidão sinistra que deixa como que o sol deste paiz profundamente eclypsado nas mais pardacentas e lúgubres sombras, os demoveram do seu propósito”.⁸⁷ O jornal critica moralmente o acusado e o expõe à condenação pública e não aponta só o agressor como responsável por tal ato, mostra a conivência dos que deveriam ser responsáveis pela segurança pública.

O hebdomadário de Angelo Agostini também expôs ilustrações de cenas de agressão a escravos, mostrando estes não como protagonistas, mas como vítimas dos horrores da escravidão. Marcelo Balaban confirma que “as situações descritas são, todas elas, supostamente denúncias de atrocidades reais cometidas contra escravos

⁸⁵ Jornal O Moleque, Desterro 26/03/1885

⁸⁶ Jornal O Moleque, 03/05/1885

⁸⁷ Jornal O Moleque, 03/05/1885

por senhores bárbaros com a anuência em muitos casos, do governo.”⁸⁸ Assim como o caso do Sr. Brocardo, na *Revista Illustrada* a denúncia ao flagelo físico no qual os escravos viviam expostos compuseram a campanha pela abolição.

Também é notável n’*O Moleque* a crítica à brevidade dos clubes abolicionistas de Desterro. Sua crítica vinha em forma de cobrança por atitudes mais expressivas. Em 24 de maio o jornal publica um artigo que questiona a falta de comprometimento do clube com a causa abolicionista.

Senhor club abolicionista, como vae você, rapaz. (...) Olha, menino, anda-me para frente, sae da encubação, caminha, prosegue, homem; pois queres deitar-te a dormir.O que é isso ?!...E a tua coragem e o teu amor philarmonico ... ou philantropico...como se diz nas comedias...theatraes.

E o teu espírito de ...raça, o teu patriotismo leso e inglez.

Pois, meu club, tu não sabes que as cousas feitas com a pedanteria do orgulho de proteger e não com a sinceridade da magnitude humana, são cousas feias que se jogam á praia nas aguas sujas?!...

Accelera a marcha sociocrática, transmuta o trabalho escravo, pelo trabalho francamente, luminosamente livre.

E ...não faças do progresso...um kagado tranqüilo.

Emociona-te, urge que te emociones, club.

Vamos lá!...⁸⁹

⁸⁸ BALABAN, op cit, p. 19

⁸⁹ Jornal O Moleque, Desterro 24/05/1885.

Dois meses após esta publicação *O Moleque* apresenta um novo artigo sobre o “Clube Abolicionista”.

Não se falla mais no Club Abolicionista.

Aqui nestas terras as idéias não chegam a tomar as proporções de borboleta, ficam na lagarta.

Há uma sombra enorme de indifferentismo que opprime e entenebrece tudo.

Vive-se n'uma lethargia e desprendimnto de gosto, para aquillo que é util e bello.(...)

E é por isso que o Club Abolicionista, como tudo que tiver uma aspiração, um fim bonito, uma idéia vibrante, rubra, com échos sonoros e fortes de clarins de batalha, cheirando a pólvora da evolução á dinamite do progresso, ao petróleo da liberdade, igualdade e fraternidade- essas três auras da communhao social, essa consubstanciação dos povos, - é por isso que tudo, açai, neste torrão...essencialmente catholico, apostólico...catharinense, esta dentro desta palavra, sinistramente esmagadora:

Túmulo!!!!⁹⁰

O jornal utilizou-se da falta de atividade do clube para atacar o meio “essencialmente catholico, apostólico...catharinense”. Uma crítica que retoma o que foi abordado já no primeiro capítulo, do descrédito da sociedade para com a Igreja, que era apontada como um obstáculo para o progresso. Além de associar a manutenção da escravidão a este mesmo meio católico.

⁹⁰ Jornal O Moleque, Desterro 05/07/1885

O clube abolicionista ao qual o jornal se refere foi criado em 1884; segundo Tamelusa Amaral tratava-se provavelmente de uma reorganização da extinta Sociedade Abolicionista de Desterro. “Afinal, a Sociedade Abolicionista desapareceu no mesmo ano em que surgiu e a diretoria de ambas era composta por praticamente os mesmos nomes.”⁹¹

Este último artigo é bastante extenso e se trata não só de uma crítica ao indiferentismo do clube frente à causa abolicionista, como também a letargia com a qual a província catarinense tratava os “assumptos do progresso”⁹²

Fallar-se em Abolicionismo aqui é um caso tão estupendo como os phenomenos pathologicos a cujos estudos esta terra precisa prestar-se. (...) São cousas que nem sequer vegetalizam nesta grande estufa catharinense. (...) Não palpita a paixão religiosa pelos assumptos de progresso.⁹³

A respeito da abolição dos escravos no Ceará foi publicado n’*O Moleque* a conferência proferida por seu redator, Cruz e Sousa, na sala da redação do jornal “A Gazeta da Tarde” da Bahia.⁹⁴ Cruz e Sousa no fragmento do citado discurso lança nas páginas d’*O Moleque* toda sua retórica em um discurso abolicionista que evoca, inclusive, os ideais da Revolução Francesa

As consciências compenetraram-se dos seus altos deveres pela vereda da luz, pela vereda da Liberdade, igualdade e fraternidade, essa trilogia enorme, pregada pelo philosopho do

⁹¹ AMARAL, op cit, p. 30

⁹² Jornal O Moleque, 05/07/1885

⁹³ idem

⁹⁴ É afirmado que esta seria publicada em fragmentos nas edições seguintes, porém só a publicação da primeira parte que circulou em 12 de outubro esta disponível. Não há notícias sobre os números posteriores do jornal.

Christianismo e ampliada pelo autor dos –
Chatiments, – o velho Hugo⁹⁵

O artigo retoma a idéia já levantada por José do Patrocínio sobre a abolição completa dos escravos. Aponta como a abolição no Ceará alcançou o “alleluia supremo”, o fim do trabalho escravo.

No intuito de esboroar, derruir a montanha negra da escravidão no Brasil, ergueram-se em toda parte apóstolos decididos, patriotas sinceros que pregam o avançamento da luz redemptora, isto é, a abolição completa.

O Ceará que foi o berço da litteratura por que deo Alencar, quiz também ser a cabeça libertadora da raça escrava deste paiz, e, á golpes de direito e a vergastadas de clarões, conseguiu de este Alleluia supremo:

Não há mais escravo no Ceará⁹⁶

A campanha pela abolição no Ceará contou com a participação popular, especialmente na atuação de jangadeiros de Fortaleza liderados por Francisco José do Nascimento e João Napoleão em reprimir o tráfico de escravos naquele porto. A abolição veio em 25 de março de 1884, através de uma campanha de pagamento alforrias com dinheiro arrecadado em subscrições públicas e dos fundos de emancipação. Liserene Ferreira ao pesquisar a repercussão da abolição no Ceará afirma que os jornais abolicionistas colocaram em suas páginas homenagens à província por vários meses. “Quando foi abolida a

⁹⁵ Jornal O Moleque, nº43, 12/10/1885. Referência a Vitor Hugo e à coleção de poemas que criticavam o império de Napoleão III.

⁹⁶ Jornal O Moleque, 12/10/1885.

escravatura na província do Ceará, os jornais já existentes participaram intensamente do debate em torno desse evento”⁹⁷.

O poeta entusiasmou-se com a conquista da liberdade dos escravos no Ceará e acreditava que a abolição completa no país ocorreria em breve. “Estamos em face de um acontecimento estupendo cidadãos: A abolição da escravatura no Brasil.”⁹⁸ No Rio de Janeiro, José do Patrocínio também acreditava no mesmo: “Já há no horizonte vermelhidões precursoras do dia de fraternidade, que emancipará o trabalho e a pátria, congarará os cidadãos pelo mais fecundo dos sentimentos — o de solidariedade.”⁹⁹

Os dois redatores, Cruz e Sousa e Patrocínio, utilizaram o poder da retórica não só para persuadir mais pessoas para causa abolicionista como também para apresentar quase que teatralmente a conquista da província do norte.

Esta transcrição do discurso de Cruz e Sousa possui uma introdução sob o título de “Abolicionismo”. Em 28 de setembro havia sido sancionada a lei Saraiva Cotegipe e nesta mesma introdução *O Moleque* é sarcástico em criticá-la: “aparece a lei do Sr Saraiva, desmentindo todo o brio patriótico, (...) Uma lei que faria rir o próprio Voltaire n’uma d’aquelas suas explosões tremendas de ironia phantastica e diabólica.”¹⁰⁰ O jornal não avança na crítica à lei, mas como visto anteriormente no debate que a precede, o jornal questionou a indenização aos proprietários de escravos.

O jornal não abria mão da ironia para defender seus ideais. Quando não exagerava nos elogios aos senhores de escravos que faziam públicas suas atitudes através da imprensa, expunha o governo e seus dirigentes ao ridículo. Também não se acanhou no caso da agressão feita pelo Sr Brocardo em ironicamente dizer: “batemos palmas e pulamos de

⁹⁷ FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884 – 1885)*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São João del Rei, Departamento de Ciências Sociais, 2010. p. 40

⁹⁸ Jornal *O Moleque*, 12/10/1885.

⁹⁹ Artigo publicado em 21/02/1885. PATROCINIO, op cit, p.46

¹⁰⁰ Jornal *O Moleque*, nº43, 12/10/1885.

contentes como a criança a quem se atira alguns doces, por lhe darmos hoje, no seu vulto de escravocrata esta bonita e franca bofetada.”¹⁰¹

Foi grande o número de jornais que circularam em Desterro no fim do século XIX e como dito anteriormente, os períodos de maior entusiasmo político como da queda do gabinete liberal, foram também os anos mais férteis para a imprensa. Porém o público ao qual se destinavam os periódicos produzidos nem sempre foi o mesmo, se Cruz e Sousa articulou uma campanha com ares populares, o periódico *A Regeneração* traçou outro caminho. É o que será discutido no próximo capítulo.

¹⁰¹ Jornal O Moleque, Desterro 03/05/1885

CAPÍTULO 3

O TEATRO ABOLICIONISTA DO JORNAL *A REGENERAÇÃO* (1885)

Os anos que precederam a abolição dos escravos no Brasil foi um período turbulento, especialmente no cenário político. Pudera, viviam-se grandes mudanças, o país passava por uma crise estrutural.

Desterro não ficou à margem de todos estes acontecimentos e sendo a imprensa uma fonte privilegiada ao acesso a tais debates, a articulação dos jornais locais que tinham a elite como público alvo também abarca uma análise mais ampla do engajamento e do acompanhamento da sociedade de Desterro frente às mudanças sobre a questão servil.

Parcela da intelectualidade brasileira que se empenhou em criticar a escravidão também freqüentava as Lojas maçônicas. E em Santa Catarina a primeira referência destas Lojas foi no período posterior à independência do Brasil. Segundo o levantamento feito por Carlos Eduardo do Nascimento, entre os anos de 1881 e 1885 havia o total de seis Lojas em Santa Catarina.¹⁰²

A imprensa serviu de veículo para a disseminação do pensamento maçônico, bem como do movimento abolicionista. Segundo Nascimento, “Guiadas pelo pensamento humanista, pelo humanitarismo e pela filantropia, as Lojas maçônicas patrocinaram alforrias, jornais, escolas e criaram grupos abolicionistas.”¹⁰³

Neste contexto se insere o periódico *A Regeneração*. Criado em 1868 pelo capitão-cirurgião-mor da Guarda Nacional, Duarte Paranhos Schutel, que também foi deputado da Assembléia Provincial e Venerável da Loja “Regeneração Catarinense”, o jornal trazia em suas páginas convocações para as reuniões da Loja, transcrições das notícias da corte e suas devidas críticas, notícias de alforrias de escravos, bem como notícias gerais da cidade de Desterro. Circulou na cidade até o ano

¹⁰² NASCIMENTO, Carlos Eduardo. *A participação da maçonaria no movimento abolicionista em Desterro (1870-1888)*. Trabalho de Conclusão de curso. História. Florianópolis, UFSC. 2004 p. 19

¹⁰³ NASCIMENTO, op cit, p. 34

de 1889, sendo publicado às quartas-feiras e aos sábados, tornando-se diário a partir de 1884.¹⁰⁴

A Regeneração é fruto da Loja “Regeneração Catarinense” e é pertinente notar o seu caráter elitista, comum ao meio maçônico. “À semelhança de outros países, as Lojas maçônicas constituíram-se num espaço de sociabilidade e de acesso às elites”.¹⁰⁵

Para Joana Maria Pedro, o jornal tornou-se em Desterro um eco da resistência liberal que se organizava no Rio de Janeiro. Na capital do país, os liberais do Clube da Reforma publicaram o jornal *A Reforma* enquanto em Desterro os membros da Loja Regeneração Catarinense fundavam em 1868 o jornal *A Regeneração*. A elite da cidade caminhava com os mesmos ideais tecidos na capital do país e também encontrou na imprensa um veículo de disseminação de suas idéias.¹⁰⁶ Na capa d’*A Regeneração* está em destaque: “folha diária, noticiosa, e filiada às ideas liberaes”.

Antes mesmo da década de 1880 a Loja “Regeneração Catarinense” teve atuação na questão servil, onde podemos citar a compra de alforria de escravos. Segundo Nascimento a primeira notícia de alforria publicada n’*A Regeneração* ocorreu em 1871. Já durante a década de 1880 houve, segundo o autor, a participação de maçons nos clubes abolicionistas que foi identificada através dos nomes dos membros da diretoria dos clubes comparados aos anúncios da Loja “Regeneração Catarinense”. Germano Wendhausen, por exemplo, compunha a diretoria do Club Abolicionista e da Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro (organizando coletas e festas, desenvolveu atividades pela emancipação de escravos complementando as iniciativas particulares) ao mesmo tempo em que freqüentava a Loja. Vale aqui ressaltar que não eram ações que visavam à abolição definitiva dos escravos.

Robson Martins ao pesquisar as alforrias publicadas na imprensa do Espírito Santo conclui que os proprietários utilizavam os

¹⁰⁴ NASCIMENTO, op cit, p.39

¹⁰⁵ NASCIMENTO, op cit, p.14

¹⁰⁶ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995, p.49

jornais para dar satisfação à sociedade e com isso não parecer tão desmoralizado diante dela.¹⁰⁷ Aqui em Desterro, Clemente Penna aponta como as publicações de alforrias na imprensa foram vistas “como um ato louvável e progressista dos cidadãos de Desterro”¹⁰⁸. O jornal *O Moleque*, como visto anteriormente, publicou em suas páginas com certa frequência anúncios de libertações de escravos feitos por seus proprietários. Todavia no período investigado são raras no periódico *A Regeneração* o mesmo tipo de atitude; porém o órgão da Loja maçônica noticiou regularmente naquele ano as alforrias concedidas pelo fundo de emancipação.

3.1 A campanha abolicionista d’A Regeneração

Os jornais foram por muito tempo um dos únicos veículos de informação no país e foi neste espaço de debate, como um mecanismo de introdução dos ideais abolicionistas, que a elite letrada catarinense, bem como a de Desterro, partilhou a ideia de que a escravidão era um grande entrave para a caminhada rumo ao progresso. Foi publicado n’*A Regeneração* do dia 8 de setembro de 1885 um extenso artigo sob o título de “Liberdade”. Este anunciava a distribuição de 28 cartas de alforria. Além de criticar a escravidão afirmando que na ocasião “ressurgiram assim 28 criaturas que bárbaras leis haviam mortificado”¹⁰⁹, apoiava o uso da legislação emancipacionista:

Assim, é digno de todo louvor o acto da assembléia provincial que estabeleceu- a par imposto sobre o homem a sua applicação para liberdade do mesmo.

Executando a lei da assembléia provincial contribui-se para o advento do Brazil livre e pratica-se um acto de real utilidade para a provincia.¹¹⁰

¹⁰⁷ MARTINS, op cit, p. 200

¹⁰⁸ PENNA, op cit, p.119

¹⁰⁹ Jornal A Regeneração, ano XVII, 08/09/1885

¹¹⁰ Jornal A Regeneração, ano XVII, 08/09/1885.

Destas 28 cartas entregues metade eram provenientes do “fundo de emancipação provincial, creado pela lei n. 1088 de 8 de abril do anno passado.”¹¹¹ Esta lei orça a receita e fixa a despesa da província para o exercício de 1884 e 1885. No parágrafo 15 designado como “Aplicação especial” aponta que “com aplicação especial conforme § § 35 e 38 do artigo 1. Para o fundo de emancipação 16:010\$200 rs.”¹¹² As demais referem-se ao fundo de emancipação estabelecido pelo 3º artigo da lei 2040 de 1871. Para dar suporte ao próprio artigo a lei indicava “a realização prévia de uma matrícula geral dos escravos do país e a posterior classificação de todos esses escravos por juntas especialmente constituídas para isso em cada município”.¹¹³ A partir daí as quotas eram estabelecidas para cada província, ocorrendo o mesmo com os municípios.

O artigo segue explicando que tal ato encerrava a administração do presidente da província Dr. Palmeiro: “um verdadeiro espírito liberal, um batalhador esforçado em prol de todos os progressos, de todos os adiantamentos da ludibriada pátria brasileira, com feito que a civilização bem-diz o patriotismo applaude e a humanidade felicita”¹¹⁴. Para Joana Pedro e demais autores, ao analisarem o mesmo jornal, afirmam que este criticou a escravidão “mas sob a ótica de um órgão liberal que considera o escravo também uma propriedade”.¹¹⁵

Ao apoiar a administração do Sr Palmeiro, o jornal liga a entrega das alforrias ao esforço deste “em prol dos progressos”¹¹⁶. O trabalho escravo não se adequava mais à época, acreditava-se que o progresso precisava de homens livres. José do Patrocínio que assim como o principal redator d’*A Regeneração*, Duarte Schutel, também foi um maçom criticava em seus artigos o atraso do país que insistia em

¹¹¹ Jornal A Regeneração, ano XVII, 04/09/1885.

¹¹² Lei 1088 de 08/04/1884. Província de Santa Catharina. *Collecção das Leis da província de Santa Catharina promulgadas na sessão do anno de 1884*. Typographia da Regeneração, Desterro, 1884.

¹¹³ DAUWE, Fabiano. “Liberdade inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação dos escravos”. *X Encontro Estadual de História*. Santa Maria/RS, 2010.p.1

¹¹⁴ Jornal A Regeneração, ano XVII, 08/09/1885

¹¹⁵ PEDRO, Joana. Negro em...op cit, p.45

¹¹⁶ Jornal A Regeneração, ano XVII, 13/09/1885

manter o trabalho escravo: “Desde o berço da nossa nacionalidade, o fantasma da escravidão nos guarda ominosamente o destino, manchando-nos a história com a sua sombra pavorosa.”¹¹⁷ Porém vale recordar que José do Patrocínio queria a abolição imediata, não sendo, portanto, defensor da mesma abolição dos maçons d’*A Regeneração*.

José do Patrocínio discursava publicamente e escreveu de forma muito apaixonada inúmeros artigos a favor da abolição imediata e sem indenização aos senhores de escravos e assim como Cruz e Sousa sofria discriminação por sua cor. Conforme Nascimento a maçonaria foi um canal de mobilidade social, rede de proteção e solidariedade. Dentro deste contexto houve o ingresso de negros em meio às elites brancas.¹¹⁸ José do Patrocínio e Luis Gama são exemplos disto. Cruz e Sousa, porém, não ingressou neste “canal de mobilidade social”, como afirma Nascimento. Para Espíndola, ao tratar do requerimento feito para que Cruz e Sousa e seu irmão pudessem estudar no Ateneu Provincial, aponta como em Desterro “as oportunidades eram escassas e restritas ao mundo dos portugueses e seus descendentes.”¹¹⁹

Ainda falando sobre os maçons que aderiram à causa abolicionista, um dos grandes nomes é o de Joaquim Nabuco. A *Regeneração* publicou em janeiro de 1885 a transcrição, do jornal do *Comercio de Portugal*, da notícia de que Nabuco havia sido eleito deputado pelo Recife. Referia-se a ele como sendo “o denotado apóstolo do abolicionismo”¹²⁰ e ainda que “o nome de Joaquim Nabuco é da mais alta significação neste momento. O que elle pensa e o que quer para sua pratica está escripto em livros e discursos de notável valia.”¹²¹. As transcrições de notícias sobre Nabuco publicadas em outros jornais foram comuns n’*A Regeneração*. Interessante notar que José do Patrocínio, embora combatesse também a causa abolicionista, não foi citado pelo jornal. Isso deixa ainda mais claro o apoio d’*A Regeneração* pelo abolicionismo parlamentar.

¹¹⁷ Artigo publicado em 07/03/1885. PATROCINIO, op cit,p.48

¹¹⁸ NASCIMENTO, op cit, p.26

¹¹⁹ ESPÍNDOLA, op cit, p.4

¹²⁰ Jornal A Regeneração, ano XVII, 23/01/1885

¹²¹ Jornal A Regeneração, ano XVII, 23/01/1885

A recepção feita à Nabuco ao desembarcar do vapor Patagonia foi descrita de forma muito positiva pelo jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro.

as saudações com que foi victoriado; o jubilo ruidoso com que foi acolhido em todo o trajecto desde o cães do desembarque até tomar o carro para recolher-se á sua residência, foram demonstrações ao mesmo tempo honrosas para sua pessoa e para a população que lhe quis testemunhar por essa forma a sua sympathia e confiança.¹²²

Voltando à idéia de teatro exposta no capítulo anterior, o abolicionista maçom, Joaquim Nabuco era apresentado para a platéia de Desterro como um grande defensor da causa abolicionista. Os artigos transcritos são bastante extensos e não economizam elogios a Nabuco. O mesmo ocorre com a transcrição de um discurso que foi publicado em 20 de setembro em defesa de “constituir o império em uma monarchia federativa.”¹²³ A *Regeneração* referia-se a Nabuco como “brilhante”. Ainda na mesma semana o jornal corrobora com as ideias federativas do projeto de Nabuco e critica o fato de algumas províncias que já haviam abolido a escravidão, como foi o caso de Ceará, terem que contribuir com o valor da indenização paga aos proprietários que entregassem os filhos de suas escravas ao governo.

Ao passo que diversas províncias conseguem, pelo próprio esforço, eliminar de seu solo a planta maldicta da escravidão, outras procurão perpetuar a nefanda instituição – e obrigam as primeiras pela mais revoltante, inconstitucional e desigual das leis, a contribuírem para indemnização de uma propriedade não existente nellas!¹²⁴

¹²² Jornal A *Regeneração*, ano XVII, 10/02/1885

¹²³ Jornal A *Regeneração*, ano XVII, 20/09/1885

¹²⁴ Jornal A *Regeneração*, ano XVII, 24/09/1885

O trecho acima coloca lado a lado a indignação pelo pagamento do imposto, ao qual julgavam indevida, com a crítica à escravidão. Esta última estendeu-se no com a criação do jornal *O Abolicionista* criado pelos tipógrafos d'*A Regeneração*. O jornal circulou em Desterro aos domingos pelo período de apenas quatro meses.¹²⁵

As publicações de libertações de escravos através do fundo, requerimentos de arbitramento e de pagamento das importâncias referentes a escravos alforriados pelo fundo foram recorrentes nas páginas d'*A Regeneração*.

O jornal *A Regeneração* assim como O Moleque lamentou a queda do Ministério Dantas, dizendo que este “dignificou o partido e o elevou aos olhos do mundo civilizado”¹²⁶. Continuava:

O Ministério Dantas consubstanciava a maior, a mais instante, a mais humanitária aspiração da pátria brasileira: a libertação dos captivos , a começar pela velhice escrava.

A queda desse ministério é m atentado, uma affronta, um ataque cobarde á soberana vontade da nação.

Porém... esta há de vencer; não morre a liberdade em tempo algum, nem a idéia que a ella se prende póde recuar jamais.

Os falsos procuradores do povo, que collocaram interesses vis acima dos da comunidade, amesquinhando a nação brasileira perante o mundo, serão contundidos, e obrigados elles mesmos a conceder mais que lhes pedia o Grande Ministério.¹²⁷

¹²⁵ Este jornal encontra-se no Setor Santa Catarina da BPESC em péssimo estado de conservação, dificultando ou quase impedindo qualquer tentativa de leitura para uma possível pesquisa.

¹²⁶ Jornal *A Regeneração*, ano XVII, 07/05/1885.

¹²⁷ Jornal *A Regeneração*, ano XVII, 07/05/1885.

Interessante notar as palavras utilizadas para atacar a queda do ministério Dantas: “falsos procuradores”, “interesses vis”, “amesquinhando”. O jornal utilizou um vocabulário ríspido para mostrar que discordava do ocorrido. A grande questão diante do projeto de Dantas “se estabelecia em torno do tão propalado direito de propriedade”¹²⁸.

A Regeneração foi palco de uma encenação interessante: encheu-se de elogios para referir-se a Joaquim Nabuco, “o denotado apóstolo do abolicionismo” e atacou e expôs quem não apoiasse a causa abolicionista. Em longos artigos, ora redigidos pelos redatores do próprio jornal ou mesmo transcritos de outros periódicos, o poder da retórica era enfático em encenar seu comprometimento com a abolição dos escravos.

Em 25 de fevereiro de 1885 foi publicada uma pequena nota que dizia “no dia 8 do corrente apresentaram-se na redacção da ‘Gazeta da tarde’ da Bahia, 50 escravos pedindo protecção e alimento, pois morriam de inanição.”¹²⁹ Para um jornal que se mostrava adepto da causa abolicionista, este não era um momento oportuno de criticar as péssimas condições nas quais estes escravos estavam inseridos? Ou era mais convincente proferir palavras de justiça para criticar o governo ou apoiar outro abolicionista? Parece que encenação d’*A Regeneração* esperava por momentos mais oportunos para se exhibir.

A demonstração pública do poder senhorial através da pretensa exposição pública de quem alforriava seus escravos também encontrou espaço nas páginas d’*A Regeneração*. Apesar de um número muito reduzido de publicações de liberdades concedidas por iniciativa de particulares, estas diferem em alguns aspectos das apresentadas pelo *O Moleque*.

A libertação dos escravos do senhor Ignácio Antonio da Silva figurou no jornal como uma postura benevolente do “ilustre companheiro” de idade avançada:

¹²⁸ MENDONÇA, op cit, p.25.

¹²⁹ Jornal A Regeneração, ano XVII, 25/02/1885.

O sr Ignácio Antonio da Silva, nosso distincto amigo e chefe, vem de conceder carta de liberdade a cinco de seus escravos, sendo 4 sem condição alguma, e apenas um mediante pouco tempo de serviço.

Este acto do venerando ancião, é mais um entre os muitos que illustrão a sua preclara vida, sempre consagrada ao bem, á honra e á liberdade.

Apertamos cordialmente a mão ao nosso illustre companheiro de jornada.¹³⁰

Visto como um ato louvável do cidadão que concedeu a liberdade aos seus escravizados, foi nítido o prestígio com que foi tratado o ato do Sr Ignácio, chamado pelo jornal de companheiro. Não poupando elogios aos cidadãos que libertavam seus escravos, estas publicações visavam ainda pressionar os demais proprietários para que fizessem o mesmo e contribuíssem na marcha para o progresso.

Os anúncios de libertações compunham um teatro onde os proprietários de certa maneira encenavam perante a sociedade e em um plano maior para o próprio Estado que ainda mantinham as rédeas da questão servil, além de mostrar sua “generosidade” ao conceder a liberdade para seus escravos. Porém entre os poucos anúncios de libertações de escravos concedidas por particulares, houve também aqueles que mencionavam a prestação de contrato de serviços como condicionante para a alforria.

A sra d. Joaquina Pereira do Nascimento, viúva de Joaquim José Pereira, moradora no Itapocú, libertou os seus escravos, Quintino, Antonio, André, Benta e Felícia, mediante contracto de serviços.

Dos alforriados o mais moço tem 20 e o mais velho 50 annos de idade.¹³¹

¹³⁰ Jornal A Regeneração, ano XVII, 20/05/1885

¹³¹ Jornal A Regeneração, ano XVII,04/06/1885

Esta modalidade de alforria, condicional, era em geral concedida pelos proprietários aos seus escravos sob condição de prestação de serviços por um tempo determinado; encerrado o tempo do contrato o escravo estaria livre. Porém, por mais que a liberdade legal tivesse sido concedida, as condições desta liberdade eram precárias. Como afirma Joana Pedro e demais autores não foi levada em conta a problemática do negro livre, “segregando-o e condenando-o a permanecer à margem do processo civilizatório em que estavam empenhadas as elites.”¹³²

Parte do exercício do domínio senhorial foi também demonstrada pelas agressões que os escravos sofriam. A violência seja ela psicológica ou física fazia parte do universo da escravidão. Aqui em Desterro pudemos ver no caso das agressões cometidas pelo Sr. Brocardo em seu escravo. Publicado n’*O Moleque* este foi recriminado por ter cometido tal cena embaixo dos olhos do poder público que nada fez para impedi-lo. Conivente com o crime, a polícia desterrense foi tratada pelo jornal como cúmplice de tal crime.

Outro caso de violência também denunciado n’*A Regeneração* foi a agressão sofrida pela escrava Maria por seu proprietário Dr. Francisco José Luiz Vianna. Quem assina a publicação, o Sr. Ernesto Galvão de M. Lacerda, recorreu à imprensa para protestar por ter “servido de perito sem ser profissional”¹³³, pois não se considerava competente para opinar em um caso tão bárbaro.

Castigos bárbaros

(...) tendo servido de perito sem ser profissional, e achando-se a paciente em artigo de morte, como a deixei, não devia tomar a responsabilidade em caso tão melindroso. (...) Quem como eu examinasse a preta Maria, conheceria que ella foi

¹³² PEDRO, Joana Maria [ET alii] *Negro em...*, op cit, p.60

¹³³ Jornal A Regeneração, ano XVII, 01/04/1885

vítima de uma inquisição - o tempo nos fará conhecer o inquisidor.

Desterro, 1º de abril de 1885.

ERNESTO GALVÃO DE M. LACERDA

Ainda que estejamos debruçados em uma espécie de zona de conforto de fontes pertencentes à elite intelectual, deve-se considerar que tratamos de uma realidade social muito violenta e isso pesou muito na decisão de escravos de agir dentro da ordem, através das leis, ou então lançar-se em insurreições ou em fugas. Este artigo refere-se a seção “Publicações a pedido”. Foi por iniciativa de Ernesto Lacerda que utilizou o jornal como meio para protestar por “ter servido de perito sem ser profissional” e para apontar o nome de quem cometeu tão grave agressão. Se o jornal serviu para os proprietários de escravos exporem seu teatro de bondade, também serviu para apontar os vilões para sociedade de Desterro.

Ernesto Lacerda, que assinou a publicação, refere-se ao agressor como um inquisidor. Outra publicação que anunciava a libertação de escravos pelo fundo de emancipação também utilizava outro termo medieval: “o emprego da força para que os **castellos feudaes** do atrazo e do emperramento caiam por terra, dêem lugar à construção dos magníficos edifícios da liberdade” (grifo meu).¹³⁴ A referência aos castelos feudais e aos terrores da inquisição nos remete à ideia já atualmente ultrapassada pela historiografia que a Idade Média teria sido caracterizada pelas trevas. Mas indica que a escravidão era associada às trevas.

Os males da escravidão foram utilizados pela imprensa como uma denúncia ao sistema escravista. Apesar d’*A Regeneração* apontar e condenar os agressores de escravos, não buscava com estas denúncias ou mesmo com as publicações das alforrias concedidas por particulares, mostrarem-se favoráveis à emancipação imediata do trabalho escravo.

¹³⁴ Jornal A Regeneração, ano XVII, 08/09/1885.

Queriam com isto conduzir o processo de emancipação em tempo hábil para adaptarem-se às mudanças que estavam por vir.

O engajamento pela questão servil fazia parte de todo este cenário de mudanças no qual o país e também Desterro viviam. Neste cenário os clubes abolicionistas foram espaços importantes da campanha pró-abolicionista. Como dito no capítulo anterior, foi criado em Desterro em 1883 por iniciativa do Secretário do Governo provincial, Dr. João Lopes Ferreira Filho, a “Sociedade Abolicionista de Desterro” que durou apenas alguns meses naquele ano de sua fundação. Já em 1884 foi criado o “Clube Abolicionista de Desterro” que durou até o ano seguinte.¹³⁵ Em agosto de 1885, *A Regeneração* anunciava uma nota sobre a reunião do Centro Abolicionista que havia ocorrido dois dias antes da publicação no salão do Clube 12 de Agosto. Neste haviam sido escolhidos para presidente o Major Affonso de Albuquerque e Mello, para secretário o Tenente coronel Elyseu G. da Silva, como tesoureiro o Dr. José Henriques e Paiva. Após elencados os nomes, ao fim da publicação fica clara a forma com que o jornal via o Centro Abolicionista ou qualquer outro clube com a mesma causa, com seu trabalho “na marcha a seguir na libertação de Desterro”¹³⁶. Ao final dizia: “O centro está animado das mais patrióticas intenções, e sabemos, envidará todos os esforços para conseguir a realização do humanitário fim para que trabalha.”¹³⁷

Ao passo que *O Moleque* apoiava o objetivo dos clubes abolicionistas também trouxe para cena a crítica à sua falta de atitude naquilo que se propunha a fazer: alforriar escravos. Apoiava sua finalidade, mas cobrava atitudes concretas. Já *A Regeneração* louvava as “patrióticas intenções” de seus membros que não surpreendentemente também frequentavam a Loja Regeneração Catarinense. O caráter benevolente destes cidadãos expostos na imprensa fazia parte da teatralização, deste abolicionismo, em convencer a sociedade de quem tão bem intencionado deveria tomar para si a responsabilidade da questão servil.

¹³⁵ PIAZZA, Walter. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.p.178-183.

¹³⁶ Jornal A Regeneração, ano XVII, 15/08/1885

¹³⁷ Jornal A Regeneração, ano XVII, 15/08/1885

Ao filtrar qualquer referência acerca da questão servil nas páginas d'*A Regeneração*, as publicações que mais se aglutinam são as referentes aos editais que declaravam as alforrias pelo fundo de emancipação conforme o terceiro artigo da Lei 2040 de 1871: “Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.”¹³⁸ Nestes editais encontramos dados como nome do escravo alforriado, número de matrícula, nome do proprietário e em alguns casos o valor pago pela alforria.

Tabela 1: Alforrias concedidas pelo fundo de emancipação anunciadas n^oA Regeneração (1885)

Data	Nome do escravo	Número de matrícula	Nome do proprietário	Valor
31/03/1885	Claudina	1391	Joaquim Rafael Sardá	-
31/03/1885	Hortência	1392	Joaquim Rafael Sardá	-
31/03/1885	Maria	1683	D. Generoza Roza de Jesus	-
31/03/1885	Ignácio	1684	D. Generoza Roza de Jesus	-
31/03/1885	Victoria	1448	Ladislao José da Silveira	-
31/03/1885	Rufino	1451	Ladislao José da Silveira	-
31/03/1885	José	1452	Ladislao José da Silveira	-
31/03/1885	Rita	1190	D. Maria Bernarda Pereira Bastos	-
31/03/1885	Vicensia	1142	Capitão João	-

¹³⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm, acesso em 13 de outubro de 2011.

			Francisco Duarte de Oliveira	
31/03/1885	Jeremias	1143	Capitão João Francisco Duarte de Oliveira	-
03/05/1885	João	-	Leopoldina Constancia de Jesus	300\$000 rs
03/05/1885	Elyseu	-	Benjamim Carvalho de Oliveira	319\$472 rs
14/08/1885	Joaquina	5	Justino José de Abreu	-
14/08/1885	Eulália (filha de Joaquina)	9	Justino José de Abreu	-
14/08/1885	Eva	786	Maria Helena Silvy	-
04/09/1885	14 alforrias concedidas, mas não menciona o nome dos escravos libertados	-	-	100\$000 rs cada (ou para baixo)
08/09/1885	28 alforrias concedidas, mas não menciona o nome dos escravos libertados	-	-	2:700\$000 (valor total/média por escravo 96\$428 rs)
Total				57 alforrias

Fonte: A Regeneração (1885)

O uso do fundo público de emancipação objetivava conceder anualmente a liberdade a um determinado número de escravos conforme correspondesse à quota disponível de cada província. “O dinheiro que compunha esta quota era proveniente dos impostos gerais sobre a transmissão de propriedade dos escravos”¹³⁹. O uso do fundo só reforça a legitimidade da escravidão, visto que era com o fundo que o senhor era indenizado pela libertação de seus escravos, além de manter uma emancipação lenta e gradual já que as quotas estabelecidas não poriam fim ao trabalho escravo de forma imediata.

Celso Castilho e Camila Cowling ressaltam a pertinência da pesquisa do uso dos fundos de emancipação para a pesquisa da historiografia da abolição. Os autores, ao pesquisarem um fundo criado por iniciativas de particulares em Recife e outro pela Câmara Municipal da Corte, utilizaram os casos da escrava Maria e de Maria Rosa, tendo como pano de fundo a articulação política entre populares e a elite, além da busca por doações que de certa maneira trouxe uma parcela da população que não estava engajada naquele processo para a arena. Ressaltam ainda que o fundo de emancipação foi uma estratégia fraca no processo de emancipação, visto que foi pequeno o número de libertos.¹⁴⁰ Foram comuns, segundo Castilho e Cowling, o uso de rituais públicos para a entrega destas cartas de alforria, preservando sempre a idéia de liberdade concedida por generosidade.

Como dito antes, na questão servil o que mais chama atenção em volume neste jornal são os anúncios do fundo de emancipação. Na ocasião da distribuição de alforrias no palácio da presidência o jornal derrama-se em elogios a administração liberal do Sr. Palmeiro.

(...) o honrado presidente fechou com chave de ouro sua administração, acto aceito e louvado pela população inteira, - a redempção de mais quatorze escravos, alem de número igual que deveria ser liberto pelo fundo de emancipação. (...) é um

¹³⁹ GEREMIAS, op cit, p. 8.

¹⁴⁰ CASTILHO, Celso e COWLING, Camila. “Funding Freedom, Popularizing Politics: Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil”. *Luso-Brazilian Review*, 2010. p.89-90.

procedimento só digno de louvor, porque é generoso, humanitário e civilizador.¹⁴¹

A bajulação ao presidente da província não poderia ser diferente já que os ideais de ambos eram os mesmos. Porém no início do ano quando ainda Santa Catarina estava sob a administração do Sr. Paranaguá, *A Regeneração* não poupou tempo em atacar sua indiferença durante uma festa onde ocorria um “basar, cujo producto se destinava a remissão de captivos”¹⁴². A atitude indiferente de Paranaguá neste evento foi tratada como “mesquinha” e sua administração como “nefasta”. “Sem compreender, talvez toda a importância dessa magna questão para a situação e para o paiz, s. ex. atravessou indiferente, frio, quando devia levar-lhe toda a animação”. Neste artigo o jornal fala da indiferença com que o administrador se portou no bazar. E ainda segundo o jornal,

Foi depois disso, depois de vel-o associado e rendido a individuos sem prestigio; depois de convencido de que era uma desgraça para a província a continuação de s.ex., que os verdadeiros catharinenses entenderão não dever contribuir mais para que durante tão nefasta administração se desse um só passo no sentido da emancipação do município da capital.¹⁴³

O jornal pendia entre ataques e elogios a quem quer que fosse quando o assunto era a marcha para o progresso e a civilização. No teatro d’*A Regeneração* os personagens foram diversos. Joaquim Nabuco foi apresentado para a platéia de Desterro como grande defensor da Abolição; o jornal criou vilões ao expor nomes de quem não apoiava

¹⁴¹ Jornal A Regeneração, ano XVII, 13/09/1885.

¹⁴² Jornal A Regeneração, ano XVII, 18/01/1885.

¹⁴³ Jornal A Regeneração, ano XVII, 18/01/1885.

a causa abolicionista; elogiou os proprietários que libertavam seus escravos.

Joana Pedro e demais autores concluíram que a pretensão final da campanha abolicionista “era libertar a nação dos males da escravidão, que de certa forma impedião o avanço da produção capitalista. Não era intenção principal integrar o negro na sociedade”¹⁴⁴. A encenação para a sociedade desterrense d’*A Regeneração* fez das páginas do jornal palco de uma campanha abolicionista onde o que estava em questão era os ideais liberais, deixando os escravos à margem do processo. Mas estes, dentro ou fora da legalidade, sempre buscaram melhorar a realidade na qual estavam inseridos.

¹⁴⁴ PEDRO, Jorna. Negro em...op cit, p.56

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1880 no Brasil foi marcada pelos questionamentos reformistas. A cultura política passava por mudanças, o público passava a compor aquele cenário de debates ao expor suas demandas de forma pública e este quadro refletiu também na imprensa.

Os jornais foram um meio democrático para a propaganda abolicionista. Em Desterro, o jornal *O Moleque* que tinha como redator o poeta Cruz e Souza, sacralizado anos depois pela sua poesia, usou as páginas do jornal como arma para criticar a instituição da escravidão, também foram comuns neste jornal as publicações de libertações de escravos por iniciativa de particulares, que como um teatro apresentavam para a sociedade local sua atuação benevolente ao libertar seus escravos.

O Jornal *A Regeneração* é fruto de uma Loja maçônica e trazia atrelado às críticas ao sistema escravista uma preocupação com o progresso do país, deixando a questão do futuro do liberto à margem do debate. Suas publicações pertinentes à questão servil foram em sua maioria editais de libertação de escravos pelo fundo de emancipação e como visto esta foi uma forma controlada de libertá-los.

Dessa maneira podemos ter uma visão um pouco mais ampla desta imprensa engajada na campanha abolicionista em Desterro. Ainda que com as mesmas ideias, os caminhos seguidos e as armas neste combate foram bastante diferentes. Em Desterro muitos foram os jornais que circularam em Desterro e nem todos se opunham ao governo ou criticavam a escravidão.

A imprensa como fonte de pesquisa mostrou-se complexa, mas rica em possibilidades. Em 1885 muitas notícias dispersas ocuparam as páginas da imprensa desterrense e foi nestas que filtrei meu material de pesquisa. Porém a morte de um notável escritor ocupou quase que inteiramente aquele ano, Victor Hugo deixou esta elite intelectual profundamente abalada. E o poeta Cruz e Sousa assim se referia ao escritor: “ninguém mais franca e lealmente se colocou do lado dos

pequenos da sombra, para ferir os miseráveis da luz. (...) “Victor Hugo foi mais que um revolucionário, foi a revolução” Mas essa já é outra história.

ANEXOS

Anexo 1



Capa do jornal *O Moleque*, Desterro 03/05/1885. Notícia da agressão cometida pelo Senhor Brocardo em seu escravo

Anexo 2



Capa do jornal A Regeneração de 13/09/1885

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Jornal O Moleque (1885)

Jornal A Regeneração (1885)

Bibliografia

ALONSO, Ângela. “A teatralização da política: a propaganda abolicionista”. *Seminário Temático Sociologia, História e Política*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 21 de setembro de 2010

AMARAL, Tamelusa Ceccato do; *As camélias de Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos (1870-1888)*. 2006. Monografia (especialização) – UDESC. Universidade do estado de Santa Catarina.

BACELLAR, Carlos; PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ed São Paulo (SP): Contexto, 2008

BALABAN, Marcelo. “A flor da nossa gente: análise de imagens de negros da Revista *Illustrada*”. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, UFRGS, 2010

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: memória*. Volume II, Florianópolis: 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Florianópolis: experiências de população de origem africana em Florianópolis, 1860-1888*. (Tese de Doutorado) PUC/São Paulo, 2004.

CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: the politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869/1888*. Dissertation (Doctor Of Philosophy in History), University of California, Berkley, 2008

CASTILHO, Celso e COWLING, Camila. “Funding Freedom, Popularizing Politics: Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil”. *Luso-Brazilian Review*, 2010. 47:1 2010. p. 89-120

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAUWE, Fabiano. “Liberdade inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação dos escravos”. *X Encontro Estadual de História*. Santa Maria/RS, 2010

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. “Cruz e Sousa: modernidade e mobilidade social em Desterro nas últimas décadas do século XIX.” *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2007.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884 – 1885)*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São João del Rei, Departamento de Ciências Sociais, 2010

GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo” em Desterro/SC: A lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela manutenção dos laços familiares das populações de origem africana (1871-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 2005.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. “O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 10, nº 20, março-agosto 1990. p.211-232

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade; as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2008.

LIMA, Henrique Espada. “Trabalho e Lei para os libertos na ilha de SC no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade”. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994

MARTINS, Robson L.M. “Atos dignos de louvor: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo (1885-1888)”. *Revista Afro-Ásia*, nº 27, 2002. Páginas 193-221.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *A Lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas SP. Dissertação de Mestrado. UNICAMP-IFCH, 1995

_____. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2001

_____. *Entre a mão e os anéis: a lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. São Paulo: Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social, 1999

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição na Corte: diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888*. Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional – Porto Alegre. UFRGS, 2011.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo. *A participação da maçonaria no movimento abolicionista em Desterro (1870-1888)*. Trabalho de Conclusão de curso. História. Florianópolis, UFSC. 2004

PAULI, Evaldo. “Cruz e Sousa, mestre do simbolismo”. Disponível em http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/Cruz_e_Souza/978sc000.html#indice

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.

PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História.

PESSANHA, Andréa Santos. “Abolição da escravatura e imprensa republicana no Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)”. Anais da *XXV Reunião*. Rio de Janeiro – 2005

“O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa, memória e abolição no Rio de Janeiro”. *II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. UEMA, 2011.

PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

REBELATTO, Martha. “Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX”. *Revista Afro-Ásia*, n. 36, 2007

SABA, Roberto. “A lei do Sexagenário e a derrota política dos abolicionistas no Brasil-Império”. História Social – *Revista dos Pós-Graduandos em História da Unicamp*. Campinas-SP. Nº 14-15, 2008.

SOUSA, Cruz e. *Broquéis; Faróis; Últimos sonetos*. Organização e estudo por Lauro Junkes. Jaraguá do Sul; Avenida, 2008.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.